

3. A PAUTA COMO CONTRA-ATAQUE

A função do jornalista é dura. Os fatos não lhe pedem licença para acontecer; e nem todos os fatos são azuis. A maioria é, mesmo, do tipo desagradável, e o jornalista precisa vencer muitas repugnâncias para estar em dia com a sua obrigação. Agora, por exemplo, eu quisera situar-me naquelas esferas da infinitude budista, em que ao bem-aventurado pouco se lhe dá que o mundo se dane e os homens se devorem como batatas fritas; mas não posso. O jornalista é um engajado, e não um alienado.

*Carlos Drummond de Andrade,
O Cruzeiro, 1963*

Ao iniciar a escrita deste livro, fui evidentemente em busca de mais fontes sobre a questão específica da pauta. É sempre um exercício interessante voltar a ler, anos depois, sobre aquilo que você aprendeu na teoria e, principalmente, na prática. No meu caso, na universidade, em uma graduação realizada em um Brasil que se julgava para sempre distante de golpes contra uma democracia já bastante precária; depois, mais intensamente, no trabalho cotidiano de duas décadas na redação (e também após isso: enquanto escrevia este livro, seguia atuando como colunista²⁰ e colaborando com eventuais textos para veículos diversos).

²⁰ Primeiro, no site da revista *pláui*, durante a campanha presidencial de 2018; depois, no portal UOL, de agosto a novembro de 2020; posteriormente, no *The Intercept Brasil*, a partir de dezembro de 2020.

Esse exercício básico de pesquisa bibliográfica se mostrou mais árduo do que eu imaginava. Para minha surpresa, encontrei uma quantidade relativamente pequena, frente à importância do tema, de autoras e autores que se debruçaram mais demoradamente sobre a questão da pauta, o que revela um lugar ainda pouco privilegiado desse tema na teoria do jornalismo. Desconfiada de que havia muita coisa fora do meu radar, entrei em contato com valiosos e valiosos docentes do campo. A resposta de todas e todos batia com o que eu encontrara (ou melhor, não encontrara): não há muito material discutido, teorizado, chacoalhado sobre pautar e se pautar, sobre as escolhas e caminhos elegidos na constituição do produto noticioso e o que essas escolhas e caminhos revelam. Ainda, de maneira totalmente empírica e tentando medir a temperatura do tema, lancei um dia no Twitter (em outubro de 2021) uma questão direcionada especificamente às e aos jornalistas: “o que é pauta para vocês?”. Das 20 respostas, a maioria trazia termos como “direcionamento”, “roteiro”, “recorte” e “guia”. Mas, para além desse olhar pragmático, questões como posicionamento, regionalidade e subjetividade também foram, em menor número, citadas. Conto esse caso não como uma pesquisa, mas como conversa e escuta de amplitude específica que me ajudou a perceber como, mesmo entre profissionais de larga experiência, o tema não é fácil de explicar. Bastava tentar defini-la para que suas nuances se apresentassem e a mostrassem como um assunto que merece mais a nossa atenção. Na verdade, a pesquisa bibliográfica e essa breve conversa mostraram algo importante inclusive para pensar nos critérios de objetividade que fomos supostamente seguindo na prática profissional. De maneira geral, nos livros e nas falas profissionais, a pauta foi pensada antes de tudo a partir de sua condição instrumental: a de organizar a rotina das redações, de racionalizar a produção diária, de servir como espécie de roteiro para repórteres, editoras e editores.

É algo que opera mais ou menos como no exemplo que trago para ilustrar melhor a questão: em novembro de 2020, diversos jornais publicaram uma pesquisa mostrando Recife como a cidade mais desigual do Brasil. A partir da publicização destes dados, editoras e/ou pautteras²¹

²¹ Profissional que durante muito tempo tinha a responsabilidade de chegar mais cedo às redações, se inteirar do que traziam os outros veículos, incluindo os governamentais e institucionais, e assim preparar as pautas que deveriam ser cumpridas naquele dia pela equipe de repórteres. Esta especialização específica, no entanto, foi superada por questões diversas, como a precarização de redações e uma formação de repórteres que já tinham como obrigação pautar não só a si, mas contribuir com os veículos de um mesmo grupo empresarial. É comum que editoras e editores também terminem, hoje, assumindo parte das tarefas antes comuns às pautteras e pauteros. Em muitos casos, assumem também a função de produtoras e produtores.

orientaram que repórteres locais realizassem matérias, vídeos e imagens. Acionadas a partir dos números, elas traziam semelhanças entre si e investiam no abismo social evidenciado pelos números, focando, evidentemente, nas distinções entre ricos e muito pobres (com os últimos sendo geralmente mais fáceis de acessar para entrevistas do que a elite econômica). Traziam especialistas, investiam em fotos denunciando nosos fracassos sociais, sendo os contrastes entre favelas e edifícios mais abastados as imagens mais comuns. Os dados e as matérias “quentes” renderam posteriores reportagens, análises e especiais mostrando as vítimas dessa desigualdade e seus amplos e históricos sofrimentos. Era uma nova leva da publicação desse tema-bumerangue: apenas os dados eram, por conta de sua divulgação, uma novidade. De resto, era a mesma miséria que fustiga mais negros, mulheres e crianças.

Quando algo desta natureza — a reexposição de nossa enorme desigualdade — acontece no ambiente jornalístico, alguma comoção pode acontecer. Relembramos temporariamente do que é feito o Brasil e reagimos com horror ou piedade, como se esses textos e imagens nos tirassem de um estado temporário de letargia. Mas, depois de um certo período, fim. É natural: nós, enquanto público, partimos para outro assunto que facilmente pode ter a mesma raiz daquele que acabou de ser reportado. Pode ser que nós, enquanto jornalistas, ganhem algum prêmio com o texto ou as imagens impactantes. É uma espécie de roteiro que vai se repetir a cada novo índice de nossa falência publicado na mídia. Nele, não há exatamente uma discussão sobre as pessoas que falaram ali, tampouco sobre as fotos mostrando gente muito depauperada (muitas vezes, pensando na minha própria atuação, sentia que operávamos no piloto automático, como se as pessoas mais vulnerabilizadas estivessem à disposição da imprensa). Mais: o simples “seguir a pauta” acionado lá no momento da divulgação dos dados não sugeria que repórteres e editoras olhassem para as matérias anteriores sobre pobreza e miséria que aqueles mesmos veículos realizaram. Assim, mudam-se o ano e os personagens, mas a fome e as pessoas depauperadas estarão ali, novamente, supostamente à nossa disposição. Qual a contribuição do jornalismo, efetivamente, sobre este estado das coisas? E como os encaminhamentos da cobertura reiteram um olhar cansado ou, ao contrário, poderiam trazer novos elementos ao que é noticiado? Pensando a partir desse exemplo, podemos mesmo conformar a pauta a uma esquelética função de organização e roteirização do fazer jornalístico?

As dificuldades para estabelecer o que é o que define uma pauta têm relação com a própria complexidade desse instigante tema. Como diz Cremilda Medina, “a gênese de uma pauta é mais enredada do que se imagina”. O entrelaçamento — ou melhor, emaranhamento — de cada uma reúne valores sociais, pessoais, cultura profissional, momento político, linhas editoriais, senso comum etc. Durante o processo da escrita deste livro, tive a sorte, como já falei, de ter a pesquisadora Marcia Veiga como interlocutora. Em uma mensagem de áudio (em setembro de 2021), comentando sobre a discussão trazida aqui, ela fez um comentário preciso e precioso, que está em consonância com essa complexidade citada:

A pauta é elemento objetivo da prática jornalística, mas, como todos os componentes da prática, é feita a partir também de traços subjetivos, pensando na ideia da subjetividade no plano dos valores. Pensamos essas coisas em separado, mas elas se perpassam, se atravessam. Uma elaboração teórica precisa complexificar, não compartimentar, elementos que compõem um mesmo produto e prática. A pauta vai englobar uma série de elementos que a constituem e a tornam maior do que um manual pode falar e descrever (Veiga, 2021).

Em seu bastante utilizado livro *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, Nilson Lage (2001) dedica um capítulo à pauta, no qual historiciza essa prática e detalha sua presença nas redações. Segundo o autor, a pauta se torna presente nos jornais diários brasileiros a partir de 1950, seguindo a reforma editorial iniciada, na área gráfica, pelo jornal *Última Hora* (1951-1991), e, no tratamento do texto, pelo *Diário Carioca* (1928-1965), ambos do Rio de Janeiro. Mas é no também carioca *Jornal do Brasil*, nos anos 60, que ela passa para o plano central do cotidiano jornalístico. Nos anos 70, se generaliza nas redações do país. No *JB*, segundo Lage, a pauta

era redigida de véspera, abrangendo o jornal todo, e chegou a ser publicada, como serviço ao leitor, durante algumas semanas. A publicação foi interrompida por dois motivos, um oficial e outro verdadeiro: (a) ajudava o trabalho dos jornais concorrentes e (b), ao expressar o ponto de vista da chefia de reportagem, continha comentários irreverentes (2001, p. 14).

Antes, ainda seguindo Lage, apenas matérias mais robustas eram programadas nas edições dos jornais: o preenchimento das páginas no dia a dia seguia um fluxo randômico, a cargo das matérias e sugestões trazidas por repórteres. Havia, como observa o autor, um planejamento

bem mais descentralizado. Pensando na experiência da redação, entendo que, a longo prazo, principalmente com a relação forte entre veículos de imprensa, governos e anunciantes, essa característica positiva arriscava também trazer prejuízos aos primeiros. Isso porque a autonomia das e dos repórteres poderia entrar em conflito com interesses específicos e ferir relações estabelecidas, expondo o profissional a constrangimentos vários. Ainda assim, com a pauta sendo não apenas comum, mas absolutamente necessária nas redações brasileiras pós anos 1960 e 1970, Lage localiza posicionamentos mais ou menos explícitos e de correntes variadas em suas composições — ou seja, as pautas seguem perspectivas específicas e estão carregadas de sentido, ainda que textos teóricos as entendam tantas vezes como instrumentos objetivos e, portanto, apolíticos.

Outro livro bastante comum nos cursos de jornalismo e comunicação, *A apuração da notícia*, de Luiz Costa Pereira Júnior (2006), traz em seu capítulo 3 uma série de orientações sobre como profissionais da área devem apurar e se organizar objetivamente frente às incertezas dos acontecimentos que podem se tornar notícias. Apoiando-se em um esquema desenvolvido (laconicamente, nas palavras do próprio Pereira Júnior) pelo jornalista colombiano Daniel Samper, o autor trata da elaboração da pauta, sua pré-produção e sua produção, enriquecendo o debate a partir de contribuições suas e de outros nomes. Há bons faróis aqui sugeridos, como a necessidade de se procurarem angulações e perspectivas que iluminem discussões pouco debatidas, em uma esperada subversão do senso comum. A questão, acredito, é como realizar essa operação de forma que essa subversão não se dê simplesmente pela busca de uma “novidade” que, no final, seja pautada pelo sensacionalismo. Dizer isso me faz lembrar de uma reportagem, publicada em um jornal pernambucano em 2015, na qual uma cidade sertaneja era focada a partir de um recorte de crimes e “maldições”. Nela, havia as histórias de uma criança de 12 anos chamada de “ladrão” pelos moradores e de uma família fadada a perder os movimentos do corpo por conta de uma mutação genética e hereditária, entre outras. Era uma clara busca por uma pauta que fudesse um senso comum, provocasse a curiosidade, mas o resultado foi extremamente desrespeitoso com as pessoas trazidas no trabalho e com toda uma população. Definitivamente, uma “novidade” é muitas vezes o seu contrário, e só confirma e/ou reestabelece um olhar conservador ou violento. Talvez seja esta uma das grandes autossabotagens do campo

jornalístico e algo que nos deve fazer pensar com muito mais apuro sobre um de nossos mais celebrados valores-notícia.

Voltando a Pereira Júnior: outra boa contribuição do livro é a exposição da diferença entre pauta e tema, confusão bastante recorrente entre profissionais da comunicação, mas que também é vista entre aqueles e aquelas mais experientes. O tema estaria no plano do macro, enquanto a pauta seria um recorte deste. Ou seja: não se apresenta, por exemplo, uma pauta sobre violência policial, uma vez que o assunto, abrangente, deve ser entendido como um tema. Seguindo esse fio, uma possibilidade de pauta seria: a saúde mental de uma comunidade exposta à violência policial constante. Ou: uma série sobre o cotidiano de policiais negros e as contradições sobre racismo e violência. Enquanto o tema nos aproxima de um guarda-chuva de questões, a pauta foca em uma delas, sempre realçando uma especificidade. Pereira Júnior ainda apresenta alguns esquemas orientadores que servem para sistematizar o enorme apanhado de informações presentes nas fases de elaboração, pré-produção e produção, além de fazer uma análise de fontes também a partir de uma hierarquização que compete a todas elas. “Pauta que é pauta define o rumo do trabalho, o ângulo, a escolha de uma ou várias nuances do que será apurado, qual o recorte da realidade que a reportagem fará, sob que modo novo será abordada a questão” (2006, p. 79). Pois bem: é preciso dizer que essas escolhas e recortes e ângulos não são e nunca foram neutros e são essenciais para pensar, por exemplo, em uma prática progressista ou conservadora; prática que ou continue em grande parte fechada ao mundo que ela mesma relata ou que se entenda como construtora do mesmo (e não falo de uma “construção social da realidade” qualquer: falo do racismo, da transfobia e do classismo que existem nessa construção). Essas meras “escolhas” talvez sirvam para pensar o jornalismo também como o espaço da dúvida, como local de conhecimento que seja também inclusive desestabilizador, e não, como quer seu fundamento, sempre de obrigatório esclarecimento.

Por isso, entendo que embora traga boas ferramentas e sugira caminhos críticos ao alertar, por exemplo, para as relações perigosas entre jornalistas e fontes de autoridade, o livro de Pereira Júnior não problematiza as escolhas e decisões tomadas ao longo da apuração que desenhavam e redesenham a pauta, privilegiando as abordagens que devem ser confirmadas “pelos fatos” (2006, p. 79). É uma concepção muito corrente e defendida por práticas guiadas pela objetividade: ouvir vários lados, checar todas as informações, desconfiar de fontes muito interessadas.

São, sem dúvida, questões importantes, mas elas, seguidas à risca, não pouparam que a produção noticiosa brasileira fosse marcada em toda sua história por imensos racismos e classismos, por exemplo. Pelo contrário: foi seguindo esses critérios que passamos dezenas de anos ignorando, a título de ilustração, a relação forte entre questões ambientais e raça ou nos voltando para as populações indígenas somente em datas que as “comemoravam” ou em eventos conflituosos sobre as mesmas. Volto a Perc (2010): no dia em que a mina explode, ela é notícia. Mas o que acontece ali nos outros 364 dias do ano?

O tema da pauta é tratado de maneira mais processual e completa por Cremilda Medina no livro *Notícia, um produto à venda* (1978)²². Aqui, a pauta (que pode ser intencional, procurada ou ocasional/imprevisível) é a primeira etapa desse processo noticioso que vai começar pelo que ela chama de *angulação*. Esta, de acordo com a autora, se dá em três níveis no contexto de uma produção jornalística industrial/pós-industrial: de massa (ângulo a partir do público), grupal (ângulo a partir dos interesses da empresa/políticos) e pessoal (ângulo a partir da repórter), todos imbricados uns nos outros. No primeiro, no qual a espetacularização é um bicho bastante presente, é o “desejo da audiência” aquele que vai servir de leme para escolhas e enquadramentos — estes, no entanto, não podem ferir os pressupostos do grupo/veículo que detém o controle da empresa de comunicação, de modo que esse jogo é sempre atravessado por tensionamentos. A eles se une a angulação que Medina chama de pessoal, aquela conferida pelo jornalista — manterei no masculino e logo explicarei a razão. Em 1978, ano da escrita do livro, a autora via esse profissional como parte dos “astros das salas de redação”, criaturas mitificadas cujas pautas, por força da fama do repórter, conseguiram ser mais autônomas (seriam, neste sentido, mais intencionais ou procuradas). De fato, quem trabalhou ou trabalha nas redações sabe que há ali repórteres com mais experiência que, por conta de critérios como tempo de trabalho, contatos com fontes, “furos” etc., conseguem “se pautar” com mais frequência — diversas vezes, são alçados ao posto de repórteres especiais e passam a ter a responsabilidade de propor reportagens de maior fôlego, trazer investigações inéditas e pouco acessíveis, apresentar novos debates.

É verdade também que existe uma aura um tanto heroica sobre estes profissionais, muitas vezes alimentada pelos próprios. Há em diversos

momentos a invocação daquele jornalista meio mítico, intrépido, “furão”, sagaz, frio e... objetivo. Aqui, lembro-me bastante da já citada pesquisa de Marcia Veiga sobre todo um fazer jornalístico permeado por valores masculinistas. Mas, ao mesmo tempo que ela observa como esse modo de ser idealizado e masculino do jornalista é uma constante (e, quando assimilado pelas repórteres mulheres, pode as capitalizar), traz também os embates que se estabelecem a partir do encontro de valores subjetivos e do senso comum nas redações. Acompanhando o cotidiano da produção noticiosa de duas delas, Marcia esteve em diversas reuniões de pauta e conferiu quais valores-notícia eram sublinhados em detrimento de outros, e que assuntos eram mais ou menos incômodos:

Com o tempo, percebi que os gostos pessoais, visões de mundo e valores mais próximos das identidades sociais dos jornalistas eram fatores que apareciam nas disputas, argumentações, e até mesmo serviam de filtro nessas escolhas. Esses gostos, decorrentes da subjetividade dos interlocutores, eram também elementos que pesavam na seleção das pautas. E muitas vezes essas visões de mundo apareciam como parte dos valores-notícia, como pretendo demonstrar. A subjetividade no processo seletivo desvelava-se pela manifestação do gosto pessoal como justificativa de seleção de uma pauta. A primeira vez que me dei conta disso foi num dia em que aguardava o início da reunião de pauta acompanhando Kauã na ilha do *Semanário*. [redação, ilha *Semanário*] Perguntei para Kauã se ele havia recebido meu e-mail com uma sugestão de pauta. Ele disse que não, e pediu que eu mandasse novamente porque ele podia ter deletado. Eu havia mandado para Kauã, no dia anterior, uma matéria sobre um casal de lésbicas que tinha tido uma filha biológica, num caso inédito de reprodução surgida a partir da fecundação do óvulo de uma das parceiras que foi gerado no corpo da outra. O assunto estava sendo muito discutido na mídia nacional, então encaminhei para Kauã. Perguntei para ele se posso utilizar um dos computadores da empresa para reenviar o e-mail e ele concordou. Envio. Quando ele abre o e-mail e vê do que se trata, diz: a palavra é não. Não gosto disso! E deleta a mensagem. Fiquei meio atônita com a forma como ele reagiu, pois ele pareceu realmente incomodado com o tipo de assunto, manifestando o desgosto inclusive na entonação da voz e na expressão do rosto. De todo modo, foi uma pista sobre o tipo de assunto que parecia incomodá-lo (DC, 17/03/09) (Veiga, 2010, p. 134-135, itálico da autora com grifos meus).

É fundamental situar, portanto, como o repórter, inclusive o “estrela”, está constantemente sob o escrutínio de perspectivas diversas que muitas

²² Medina volta a tratar rapidamente da pauta no curto — mas fundamental — entrevista, o diálogo possível (1986).

vezes interferem nas propostas de pautas, principalmente aquelas que vão ao encontro de valores perpetrados pelos próprios veículos que empregam estas e estes profissionais. Na reunião anual de pauta na qual eu trouxe a proposta do especial que mais tarde se chamaria *O nascimento de Joicy*, por exemplo, ouvi muita piada sobre a personagem que “teria a coragem de cortar o pau”, como foi dito. Mais: na pesquisa de Yuri Borges (2014), que me acompanhou durante um momento da apuração da reportagem *Casa-grande & senzala*, em 2013, há um momento bastante interessante no sentido de pensar pautas e enquadramentos definidos por repórteres e a recepção das chefias sobre as propostas realizadas pelos últimos. O pesquisador conta que Laurindo Ferreira, então diretor-adjunto de redação, conversava com ele sobre como repórteres especiais se pautavam e apresentavam ideias de reportagem. Ele relatou a Yuri que, ao falar para outros diretores do jornal sobre a reportagem que traria uma pessoa transexual no processo de antes e depois da cirurgia para a construção do que então se chamava de “neovagina”, ouviu de um outro diretor uma dura crítica: “Fabiana não tem mais o que fazer?” (Borges, 2014, p. 140).

Trago esta questão para evidenciar tensionamentos quase sempre presentes nessa negociação (na qual há de se considerar, por exemplo, questões de gênero), algo que reflete também a forma como Medina organiza as diferentes angulações da pauta. Mas aqui é importante entender que sobre a figura da/do jornalista que ocupa postos mais cobiçados pesam não somente as dinâmicas comerciais, políticas e empresariais, mas fortemente o confronto de pontos de vista e valores subjetivos por parte de chefias e colegas. Esse embate, que em si não é um problema, pode facilmente minar proposições que tentem promover debates mais progressistas ou abordagens menos comuns no jornalismo. Por isso, reitero, é importante pensar taticamente sobre como propor pautas e como tentar se antecipar a questões que podem surgir tanto no momento de sua apuração quanto na edição final, realizando previamente uma costura que dê conta de aspectos relevantes para o veículo, mas sem deixar de promover discussões e possíveis avanços discursivos. Nesse sentido, procurar realizar debates continuados com as chefias era importante no processo das minhas apurações e escrita, deixando-as a par do que eu estava fazendo em campo, principalmente por conta da natureza às vezes “solitária” da minha atuação: apurei e escrevi especiais sem estar na redação, negociando esse afastamento a cada nova reportagem, mas sem deixar de cumprir os plantões de edição que também eram tarefa de repórteres especiais.

Essa comunicação é importante a partir do momento que boa parte da feitura da reportagem pode necessitar de negociação constante e, muitas vezes, decisões de maior impacto que não estão a cargo apenas da/do repórter. Essa questão — as alianças no interior da redação — é trazida no citado livro *Ações de resistência no jornalismo: livro de repórter*, de Beatriz Marocco (2016), que traz reveladoras entrevistas com profissionais na área e dá sustentação a uma teoria das práticas jornalísticas. Na pesquisa, percebemos como a sensibilidade hacker expandida tem forte relação com essas alianças: é o caso de nomes como Eliane Brum, que se aproximou de um repórter com mais experiência, Carlos Wagner, ainda quando era estagiária do jornal *Zero Hora*. Com ele, a jornalista começou a desenvolver, por exemplo, a técnica do “contrabando”, que consistia em fazer passar uma matéria que os chefes não queriam: bastava escrever um início de matéria que não entregava de saída a principal informação do texto, deixando o que seria o lead “escondido” no parágrafo posterior. A técnica nasceu em um momento no qual a redação da ZH havia incorporado as funções de copidesques, que revisava e uniformizava textos.

Nesse ambiente de disputas e de adoção de técnicas que visam a publicação de textos nem sempre bem-vindos pela própria chefia, é preciso investir em uma relação de confiança profissional: os resultados de uma investigação podem tanto trazer um excelente resultado (repercussão positiva, mudanças de status quo ou mesmo as desejadas premiações) quanto problemas vários (processos e/ou uma série de constrangimentos que são mais sentidos, é claro, pela/o jornalista que figura à frente da reportagem)²³. Dito isso, vamos sobrevoar outras abordagens sobre a pauta encontradas na literatura teórica do jornalismo brasileiro: Edvaldo Pereira Lima (1993) traz uma reflexão importante sobre o tema, demarcando a pauta como lugar reflexivo, pensando mais especificamente o livro-reportagem como um lugar possível para a superação de vícios práticos e retóricos da imprensa. Para ele, a pauta, processo primeiro da confecção da reportagem, é a definição das diretrizes deste produto jornalístico — e, caso essas diretrizes sejam administradas com pouco cuidado, o resultado final é, no mínimo, pobre:

²³ Os casos de assédio judicial (como a prática coordenada de pulverização de ações contra um mesmo alvo) e processos comuns contra jornalistas tornaram-se cada vez mais comuns no cotidiano profissional: em 2021, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade na tentativa de proteger profissionais do assédio judicial. Um caso emblemático ocorreu em 2008, quando a jornalista Elvira Lobato, após publicar uma reportagem sobre a Igreja Universal na Folha de S.Paulo, respondeu a mais de cem processos vindos também de cidades diferentes, distantes da capital.

Seria como o preparo da navegação de um avião a jato de passageiros. Antes da decolagem, os pilotos inserem no computador de bordo as coordenadas do destino e da rota que vão cumprir para atingi-lo. Caso as coordenadas sejam viciadas, naturalmente a navegação será pobre, menos eficiente, podendo hipoteticamente chegar, em condições extremas, a se desviar totalmente do destino previsto (1993, p. 60).

O autor entende que o jornalismo desvia sua potencialidade quando se pensa meramente como um instrumento pelo qual se comunicam os eventos da atualidade e, assim, propõe uma pauta que consiga dar conta das dimensões múltiplas da realidade, com temáticas pensadas a partir de suas contemporaneidades, e não de sua atualidade (ou novidade), como colocou Dulcília Buitoni (1993, p. 63). Para acessar essa multiplicidade da realidade, é importante que a pauta tenha embutida em si o relato de um conflito, conceito dramático que se refere ao embate e que espelha a vida. Seguimos com Lima: "Seria viável acrescentar a isso, creio, o conflito de caráter social coletivo, isto é, do homem com forças, valores institucionais coletivamente numa dada sociedade" (1993, p. 64). Mais tarde, é sublinhado o caráter tensionado dessa ação: "Na verdade, a construção da pauta que visa o conhecimento da realidade deve localizar os conflitos e transcendê-los, para identificar as causas, os efeitos, as linhas de forças que os determinam. Para fazê-lo, uma via possível é o choque sistêmico de conflitos" (1993, p. 64).

Tomando aqui a realidade brasileira e sua gestação contínua e múltipla de conflitos históricos, penso que a proposição de Lima a partir da leitura de Buitoni é preciosa ao apresentar um marco que tem real poder de desnaturalizar realidades dadas. Mas é importante que estes avanços solicitados sejam, em nome de uma democracia para além da performance, assimilados no cotidiano da imprensa brasileira, não encontrando repouso apenas na exceção do livro-reportagem. A acuidade superior no enquadramento da realidade no sentido da pauta (1993, p. 69) não deve resumir a uma das tantas formas de expressão jornalísticas, principalmente porque é no texto jornalístico cotidiano que se dá a maior parte do consumo de notícias/reportagens. O conjunto de liberdades proposto por Lima (temática, de angulação, de fontes, temporal, do eixo da abordagem e de propósito) é possível no cotidiano de redações e coletivos, conforme está posto através das centenas de reportagens produzidas anualmente no país e naquelas que trago aqui como exemplos neste livro.

Henn (1996) dedicou-se especificamente ao tema no livro *Pauta e notícia*, no qual aborda o assunto sem um recorte meramente técnico, entendendo a pauta, inicialmente um pensamento sobre o objeto/acontecimento, como um signo:

A transformação do acontecimento em notícia exige-se como processo complexo (semiose, em termos peircianos), e a pauta funciona como elemento fundamental nessa articulação. A pauta, tanto como prescrição do possível noticiário quanto como processo de feitura da notícia, é fator determinante (1996, p. 87).

Nessa elaboração que sofisticava a pauta como uma encruzilhada na qual diversos feixes de significados e possibilidades se atravessam (novamente, o emaranhamento), Henn acertadamente observa que a mesma é uma tradução e uma seleção de acontecimentos baseados em um sistema de valores codificados tanto no jornalismo quanto na sociedade (aqui, o "pauteiro" ou repórter que se pauta, é sempre um sujeito interpretante, como lembra o autor). Esses valores, porém, não podem ser simplesmente reverberados, reestabelecidos, o que infelizmente acontece diariamente na produção noticiosa: há, apesar de toda roteirização da pauta, a possibilidade de se sugerirem outras questões para além do que parece dado. "O que se reivindica para a pauta é sua competência para apontar outras facetas das ocorrências, fugindo dos estereótipos tradicionais, trazendo para o mundo novas representações do ecossistema" (Henn, 1996, p. 94). Aqui, percebo que o autor também procura pensar esta que é geralmente entendida como mera "ferramenta" para além de seu uso pragmático, inclusive se aproximando da crítica ao valor-notícia "atualidade", ação cara ao jornalismo de subjetividade, como já vimos no capítulo 2. Ele percebe a possibilidade mais elástica do que geralmente é formulado dentro deste critério. "A pauta tem essa capacidade de apontar para circunstâncias ou fatos que se encontram como que 'adormecidos' na sociedade e encaminhá-los para a notoriedade pública" (1996, p. 85-86).

Essa perspectiva abre todo um caminho para pensar que o adormecido está, em outras palavras, naturalizado, e, de fato, a pauta pode ser o instrumento para fazer toda uma camada do que aparentemente era "normal" ou aceitável ganhar outro status frente à opinião pública. No entanto, Henn entende que a pauta "nasce" a partir de um acontecimento enquadrado como fato noticioso (uma forte chuva, um acidente, uma disrupção no sistema de abastecimento de água etc.), ainda que chame

atenção para que ela, como dito, possa ir além do que foi orientado, do que está pressuposto na cadeia de significados que o evento apresenta. “A pauta pode trafegar por zonas não previstas, alimentadas por associações e lampejos próprios do universo criativo” (1996, p. 90). Aqui pos-tulo, seguindo as últimas aspas do autor, que a pauta também está “fora” dos acontecimentos entendidos comumente como jornalísticos, que este “acontecimento” (ou a questão antes adormecida, agora despertada) pode nascer de perguntas feitas a partir da observação da própria experiência social e coletiva. Em uma síntese: o acontecimento pode ser a própria ação desnaturalizadora impulsionada pela jornalista.

Essa questão ganha mais corpo no livro *Formação em jornalismo: da prospecção dos acontecimentos à edição*, no qual um time de professoras/es pesquisadoras/es do Curso de Comunicação Social da UFMG elaborou um conjunto orientador de atividades didático-pedagógicas no contexto da produção jornalística. No livro, sobre o qual me deterei brevemente por nele encontrar uma interessante proposta que alinha prática e reflexão, os autores se propõem a pensar a formação frente aos desafios de um Brasil com mudanças evidentes em seu cotidiano, ainda que não se lancem a relacionar as práticas, o ensino e a teoria jornalísticas com recortes sociais específicos — como raça, gênero e classe, por exemplo — de maneira mais aprofundada²⁴.

Nesse esforço coletivo, no qual a pauta e a apuração possuem lugar de importância, uma abordagem transversal é pensada para o que Bruno Souza Leal, organizador do livro, chama de um jornalismo “desconstruído” (2018, p. 12). Nele, disciplinas e atividades didáticas não abrem mão de contextualização, historicidade, crítica e reflexão ética. Um marcador importante trabalhado ao longo dos vários artigos é o chamado “olhar antropológico”, mais atento às dinâmicas sociais e culturais. Nele, segundo Leal, há diferenças que tensionam ação e reflexão de jornalistas e demais agentes jornalísticos, o que envolve um cuidado permanente e deve ir para além de perspectivas etnocêntricas e hierarquizantes:

Reconhece-se, com isso, por um lado, que a comunicação social e o jornalismo, como atividades sociais, são marcadas pelo trânsito e diálogo com diferentes mundos que, com isso e por outro lado, exigem o deslocamento, por parte de estudantes e profissionais, de lugares

já conhecidos — sejam espaços ou saberes, sejam modos de fazer ou perspectivas teóricas. Esse “olhar antropológico” inscreve-se no fazer jornalístico-comunicacional fortemente no processo de apuração e tratamento da informação, mas se faz ver também no modo como os fazeres são concebidos, planejados, gerenciados e instituídos, nos diferentes processos, produtos e situações comunicativas (Leal, 2018, p. 15).

A adoção de um olhar orientado antropológicamente, no entanto, pode garantir uma desestruturação de violências caso, por exemplo, esse olhar não seja coletivizado? É importante que essa marcação das “diferenças” seja observada levando-se em consideração hierarquizações que, como diz Marcia Veiga (2015), transformam essas diferenças em desigualdades. Este olhar mais atento nos permite ir além de uma perspectiva da “diversidade” não conflituosa, um “viva a diferença” à brasileira, algo bastante vendido na lógica liberal. É por isso que, entendo, questões como o racismo (de classe, de raça) poderiam estar mais tensionadas no livro frente a seus pesos e poderes de organizar boa parte da nossa experiência social — e, claro, jornalística. Volto a falar sobre esse olhar logo mais.

Para dar cabo do olhar no fazer comunicacional e jornalístico, no livro organizado por Leal são propostos instrumentos de ação jornalística que não pautam o processo noticioso de modo linear e progressivo, mas sim privilegiando texto e interpretação. São eles: prospecção, planejamento, apuração e pesquisa, entrevista, produção textual e edição. Me deterei principalmente no primeiro e rapidamente nos dois seguintes pelo fato de todos terem ligação mais evidente com a pauta. Na verdade, por constituírem a própria: a pauta não pode ser concebida sem o processo de pesquisa, justamente um outro “lugar” de perguntas e tomadas de decisão cruciais para o resultado final da reportagem ou outro produto jornalístico adotado. Também me interessa na discussão do livro uma perspectiva ética que transpassa essas ferramentas prático-reflexivas: em lugar de uma tomada de posição normativa ou deontológica, a ética é entendida como um elemento contínuo e dinâmico, o que me lembra Francisco Karam:

Ao tratarmos de ética em jornalismo estamos lidando, no conjunto, com algo que parte de valores constituídos humanamente para chegar a atos praticados humanamente. Não há saída. Acho difícil quem possa dizer, seja no âmbito religioso ou natural, qual o caminho mais válido. E não há quem possa comprovar, fora do valor humano, a validade moral de determinado ato (2004, p. 123).

²⁴ Ainda que, como escreve Bruno Souza Leal, se observe uma “composição hierárquica e excludente das redações, marcadas por relações de poder que reforçam e/ou estimulam atitudes machistas, misóginas, homofóbicas e de outras formas de desqualificação das diferenças e dos direitos irrestritos à vivência do diverso”.

Pensando no processo de prospecção — que, entendo, constitui o início do desenho da pauta, ou seja, também deve supor a reflexividade nas escolhas do que está por vir —, Elton Antunes, no volume organizado por Leal, esquadriha quatro momentos (ou movimentos?) iniciais e não necessariamente sequenciais: o intuitivo, o exploratório, a consulta e a sondagem. Eles fazem parte de um momento que é chamado imprecisamente, ele entende, como “pré-pauta”, estágio anterior ao recorte no tema (eu seguirei essa imprecisão e também falarei mais tarde sobre as minhas pré-pautas). Todos esses movimentos são pertinentes a partir do momento em que a jornalista se vê frente a algo que lhe desperta interesse jornalístico, algo em que ela crê (e essa crença é crivada de valores, voltado à Marcia Veiga) e que por isso deve ser contado e compartilhado. No primeiro momento, o intuitivo, é preciso estar atento

às diversas ocorrências mundanas para identificar as potencialidades da proposição de uma pauta a partir de determinados acontecimentos. Por isso, é muito relevante a adoção de um olhar antropológico, que lhe permita certa abertura em relação às diversas realidades sociais possíveis para, a partir daí, avaliar critérios de pertinência e relevância para composição ou não daquela pauta/matéria. A constituição desse olhar é importante, pois permite o deslocamento de lugares já conhecidos. Assim, acontecimentos que não seriam notícia numa mídia tradicional, podem constituir interessantes espaços de inventividade (2018, p. 18-19).

Acho particularmente importante dar atenção a esse chamamento que pressupõe um deslocamento justamente porque ele serve como arma de desnaturalização, nos dá chance de reobservar questões que já pareciam dadas, resolvidas ou simplesmente aceitas (como o resignado “isso é o Brasil”). Acredito que esta seja uma questão fundamental justamente pelo longo processo de aceitação de um sem-número de violências e hierarquizações amalgamadas no país da “democracia racial”, do quarto de empregada, da exploração análoga à escravidão, da sexualização extrema de pessoas negras etc. Nesse sentido, incluo nesse “intuitivo” um movimento parecido com o de um passo para trás, de olhar para si e para fora, de realizar algo mais do que “descobrir” um fato jornalístico. Um movimento de entender que esse fato só vai nascer a partir das perguntas realizadas. Não se trata de criar um fato; se trata, antes, de fazer esse fato emergir a partir da desnaturalização das coisas.

Me vêm à memória as dezenas de babás que vi certa vez circulando em um clube no qual fui almoçar a trabalho: era um sábado, os números

da Covid-19 estavam finalmente estabilizados (era o fim da chamada “primeira onda”, meados do segundo semestre de 2020, e a vacinação só começaria em janeiro de 2021) e os restaurantes estavam legalmente abertos, operando com menor capacidade. Me sítuei em uma mesa na parte interna do local, que estava mais vazia e tinha suas portas abertas em direção ao mar. Lá fora, pais e mães celebravam encontros banhados de sol, piscina, vinho e cerveja, sem a imposição de máscaras, enquanto as babás estavam em sua maioria no parquinho ao lado. Elas usavam máscaras, assim como os garçons que se arriscavam nas aglomerações vistas ali. Isso tudo era permitido pelos protocolos de saúde? Sem contar as citadas aglomerações, sim. Mas isso não diminuía o fato de que, ali, a máscara obrigatória demarcava dramaticamente lugares de classe — e lugares de vida e de morte. O que a “normalidade” e a legalidade indicavam solapava de certa maneira o quadro violento existente naquele clube. A “técnica” encobria, como quase sempre, a desigualdade.

Depois do momento intuitivo, Antunes destaca o movimento exploratório, que se dá através da busca a partir do assunto cogitado. Nesse sentido, ele realiza uma distinção entre esta etapa e a que ele denomina de “sondagem”: na primeira, o foco é saber como o tema foi tratado midiaticamente, algo que ajuda principalmente a perceber aquilo que foi ignorado a partir de determinado recorte da imprensa. No segundo, a sondagem, o autor se refere aos debates travados nas esferas das redes sociais, virtuais ou não, fontes de informações que ajudam a entender melhor como a questão em tela é vivida cotidianamente. A ambas também se soma o que ele chama de momento de consulta, quando outras instâncias de produção de conhecimento se somam ao que está sendo investigado: artigos, livros acadêmicos, obras literárias ou cinematográficas etc. Todas essas buscas devem estar guiadas por um olhar descondicionado (ou por óculos de lentes desmascaradas, como coloca o autor). Formas de pensamento não verbais também devem estar acionadas (som, corpo, tato):

Com tal postura o “olhar antropológico” nos permite alargar o universo de temas e acontecimentos cuja relevância social pode estar muitas vezes obscurecida por estereótipos, vícios ideológicos e lógicas de exclusão moral que não respeitam novos arranjos sociais, outras visões de mundo (2018, p. 19, grifo meu).

A questão que nos ronda é sobre como isso se dá de fato, pois facilmente se pode assumir que é possível entrar e sair de um lugar de

“empatia”, de compreensão ao outro. Não entendo que se trate de uma “postura”, de uma tomada de decisão específica e atomizada, e sim de uma perspectiva mais abrangente que não separa um “eu cotidiano” de um “eu jornalista”. Em *O nascimento de Joicy* (2015), a antropologia e a sociologia, além da filosofia, são vistas como áreas importantes para o desenho do jornalismo de subjetividade, não sem levar em consideração — hoje percebo melhor — que todas essas áreas estão, como o jornalismo, tomadas pelo cerne da racionalidade moderna. Penso nisso tentando entender se um olhar antropológico dá conta da construção dessa profissional ou se, talvez, seja necessário antes de tudo o exercício da reflexão cotidiana e da suspensão do presente (Moretzsohn, 2007) para que esse caminho seja iniciado, um exercício no qual áreas diversas do conhecimento podem ser essenciais. Na prática reflexiva adotada nas reportagens que trago aqui, percebo uma sobreposição das mesmas nesse olhar orientador: poderia dizer que ele é social-filosófico-antropológico-cotidiano-reflexivo. Me parece que ele traz mais possibilidades de análises e decisões que tentam ir além de um “ênxergar as diferenças” e “se abrir para o mundo” (Leal, 2018, p. 20-21). Não faltam candidatas e candidatos à “desconstrução”, mas ela definitivamente não acontece somente a partir de um querer, de uma disposição, uma abertura. Escrevo isso pensando, por exemplo, no quanto feministas negras chamaram atenção de mulheres brancas — e de homens negros — para uma exclusão contínua à qual estavam submetidas (bell hooks, 2018). Só surgiram como importantes no debate público através de um movimento próprio e doloroso, impositivo.

Antunes também sublinha, nessa prospeção, a necessidade de olhar novas pessoas e instituições geralmente não trazidas na imprensa dominante — algo bastante importante nessas tentativas de hackeamento que proponho. Entendo que é, mais uma vez, um momento de perceber não só como a palavra foi dada a pessoas e instituições de determinadas cores e ideologias, mas como operam e se sustentam esses regimes de visibilidade. Um exemplo: movimentos sociais como o dos Sem Terra poderiam ser chamados para opinar em reportagens sobre economia ou bolsa de valores? Famílias que vivem em periferias, idem? A economia é um assunto somente para iniciados ou aquilo que a move está inserido no prato de comida da população (ou da falta dessa comida no prato)?

O “olhar antropológico” novamente entra em cena, pois é necessário atenção para inovar, buscando pessoas e instituições normalmente apagadas e/ou silenciadas em coberturas jornalísticas tradicionais.

Mais do que buscar temas novos, em processo talvez embrionário de repercussão e discussão pública, trata-se de também buscar novas pessoas e novas instituições que apresentem visões renovadas e/ou negligenciadas no tratamento de temas e acontecimentos recorrentemente apresentados pelas mídias informativas (Antunes, em Leal, 2018, p. 23-24).

No mesmo livro, Carlos D’Andréa fala sobre processos de planejamento, outro momento de ação jornalística relacionado ao desenho da pauta — aqui, me parece, saindo de um lugar muito parecido com o da prospeção, uma vez que está relacionado ao “como” transformar “algo em pauta” (D’Andréa, em Leal, 2018, p. 32). Somando-se a Antunes, o autor sublinha:

O que está em jogo aqui, portanto, é a possibilidade de, desde a gênese da reportagem jornalística, reconhecermos que, para além de uma abordagem simplificada e totalizante que muitas vezes prevalece nas mídias tradicionais, há múltiplas formas de se abordar um mesmo tema e que é preciso privilegiar pontos de vista silenciados ou pouco ouvidos (2018, p. 32).

Vale observar ainda que o livro traz, no que entendo ainda dentro do contexto da pauta, os processos de pesquisa e apuração no texto de Joana Ziller e Nísio Teixeira: assim como no momento de prospeção, a etapa que se volta para a pesquisa e escuta dos elementos já escolhidos para a constituição do texto não é menos reflexiva e exploratória. É dizer que a reflexividade e a desnaturalização não são “escolhas” que se dão apenas em determinado momento, mas devem estar presentes em toda a investigação, na escrita e mesmo na recepção do próprio jornalista ao que virá após a divulgação do seu texto, filme, documentário etc. É um compromisso ético permanente que deve estar presente em todos os processos cognitivos da produção dos conhecimentos jornalísticos, estejam eles no formato ou etapa que estejam, como bem me disse Marcia Veiga, em um comentário ainda na edição inicial deste livro.

Primeiro, portanto, é entender que a pauta muitas vezes se apresenta como o início legítimo deste processo, consideradas as rotinas de produção jornalísticas. Mas derivam daí ainda outras duas questões de fundo: em que medida há o risco de um permanente atrelamento à pauta? E, em que medida, sempre seguir o indicado não implica desenvolver uma pesquisa e apuração apenas para “legitimar” os pressupostos muitas vezes até ideológicos da instituição, mídia, caderno, editor, refletidos na pauta? Reparar que refletir sobre o exercício deste risco

vale como autocrítica, até para saber em que medida não partimos de uma concepção de mundo própria, dada, etnocêntrica, enfim, que apenas vai usar o exercício da pesquisa e da apuração para buscar as aspas que confirmem e/ou selecionem esses valores internalizados em âmbito pessoal ou institucional (Ziller; Teixeira, em Leal, 2018, p. 38, grifo meu).

Pensando a pauta a partir do que se convencionou a chamar de cultura da convergência, Marques (2017) se debruçou na racionalização noticiosa de três veículos e seus (já descontinuados) produtos desenhados especificamente para o suporte tablet. Nos primeiros anos da década de 2010, este prometia ser mais que uma tendência — no entanto, o uso de aparelhos móveis também para a leitura de notícias suplantou as telas maiores. Na pesquisa, foram acompanhadas as rotinas produtivas do *Globo A Mais*, *Diário do Nordeste Plus* e *Zero Hora Noite*. O estudo demonstra, em certo sentido, aquilo que percebemos em nossa análise do caso Lázaro a respeito da continuidade de modos de fazer racializados e outrofóbicos no jornalismo, apesar de toda inovação tecnológica e de consumo pela qual passa a imprensa. Explico a razão: as mudanças que tocam a pauta, em seu aspecto formal, são grandes. As reuniões para decidir angulações, por exemplo, deixam de ter apenas a presença de profissionais como editores e repórteres para também abrigar aqueles que Canavilhas chama de tecnatores — os designers e arquitetos de informação, por exemplo. Frequentemente, há um cruzamento também de veículos de diferentes plataformas como televisão, rádio e portais em uma mesma reunião para decidir como temáticas serão trabalhadas de maneiras distintas.

Nesse ambiente, a citada figura da pauteira é substituída pela produtora, responsável por indicar quais pautas deverão ser realizadas e que profissionais deverão fazê-las. Neste último aspecto, o capital construído pela repórter e sua área de atuação são os fatores preponderantes. O compartilhamento do material levantado é maior, realizado em plataformas/aplicativos que permitem modificações e sugestões de um número maior de atores envolvidos no processo. Marques divide o trabalho em seu aspecto macro (temas, pautas da edição) e micro (assuntos, pautas de conteúdo). Frequentemente, estes são trabalhados a partir de ferramentas como Google Analytics (que mede os acessos dos conteúdos) e Google Trends (que mostra o que começa a surgir como interesse do público). Outro fator de escolha de assuntos, algo que podemos considerar como um poderoso critério de noticiabilidade, é aquilo que rende bom material

imagético, seja em foto ou vídeo. Apesar das muitas mudanças percebidas por Marques na feitura e difusão das pautas, não há — percebemos a partir das entrevistas realizadas nas três redações — uma discussão sobre os modos de angulação e recorte, muito embora sejam iluminadas as questões do julgamento de jornalistas e da cultura profissional como aspectos que moldam o que é noticiado.

UM POUCO SOBRE ENQUADRAMENTO

Se nas leituras sobre pauta encontrei poucas análises teóricas que a entendam para além do seu aspecto técnico, o mesmo não aconteceu na pesquisa sobre o conceito de enquadramento aplicado ao jornalismo. Neste sentido, foi interessante observar como ele nos ajuda a desenvolver uma perspectiva crítica da pauta, entendendo-a reflexivamente, como forma de posicionamento, de ação intencional.

Segundo Gonçalves (2005), a introdução da ideia de enquadramento (*frame*) nas ciências sociais e humanas foi realizada pelo antropólogo e epistemólogo da comunicação anglo-americano Gregory Bateson no artigo *A theory of play and fantasy*, de 1972. Bateson entende que o enquadramento é a delimitação de um conjunto de mensagens ou ações significativas “que adquirem sentido na situação partilhada pelos interlocutores. É o enquadramento que nos permite, por exemplo, distinguir situação de realidade; distinguir o jogo do seu referente real” (Gonçalves, 2005, p. 158).

Posteriormente, na obra *Frame analysis* (1974), Erving Goffman faz uso da perspectiva do autor para pensar a experiência individual nas interações sociais cotidianas — aqui, como aponta Gonçalves, os enquadramentos funcionam como princípios básicos de organização da experiência. É ao analisar notícias como lugar de determinada construção social da realidade que a socióloga Gaye Tuchman aplica a compreensão de enquadramento de Goffman para o campo do jornalismo — a notícia, entende a norte-americana, é a própria janela para o mundo, ou seja, a notícia é o enquadramento (Gonçalves, 2005).

Mas, como qualquer enquadramento que delimita o mundo — escreve Tuchman —, o enquadramento das notícias pode ser problemático. A vista através de uma janela depende de a janela ser grande ou pequena, ter muitas ou poucas vidraças, de o vidro ser opaco ou transparente,

de estar virada para a rua ou para as traseiras (1978, p. 1, citado por Gonçalves, 2005).

A teórica vai realizar uma abordagem etnometodológica para falar sobre como esses enquadramentos se constituem a partir de questões como o cotidiano produtivo das redações, as especificidades das organizações, a visão de mundo das e dos jornalistas. É levando estas em consideração que também me debruço sobre o jornalismo de subjetividade e sua capacidade de produzir fissuras a partir da pauta, entendendo que todas essas “chaves” (rotinas produtivas, posicionamento de organizações e repórteres) estão permeadas por marcadores estruturais como raça, classe, gênero etc. No seu texto, Gonçalves ainda traz outro autor importante no uso do enquadramento na perspectiva midiática, Todd Gitlin, que também me ajuda a pensar sobre a pauta como lugar de crítica — ainda que, aqui, o texto aponte para os usos do enquadramento. O entendimento de Gitlin se aproxima do que Henn (1996) analisa: nós, jornalistas, somos aqueles que criamos, manipulamos e organizamos as representações (elas mesmas se configurando em enquadramentos — ou pautas).

Os enquadramentos midiáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual (1980, p. 6-7, citado por Gonçalves, 2005).

No texto *Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico* (2009), Carvalho observa que a noção de enquadramento no campo se dá especialmente sob influência de Tuchman. Ele, no entanto, aponta luz para a análise de Silveirinha (2005), para quem a ligação entre estrutura e ação, cognição e práticas sociais para entender o enquadramento é necessária tanto ao jornalismo quanto ao que está “fora”: ela ajuda na avaliação do papel da imprensa “num momento particular da vida colectiva” (Silveirinha, 2005, p. 2, citado por Carvalho, 2009).

Na abordagem da autora, parece-nos particularmente importante ressaltar a relação entre enquadramento, estrutura e ação, cognição e práticas sociais, pois estão nestes elementos aquilo que permite compreender os enquadramentos como jogos sociais de amplo espectro. É também a partir daquelas relações apontadas por Silveirinha que podemos melhor compreender o jornalismo como prática que negocia cotidianamente com os demais atores sociais, inclusive na tentativa de fazer prevalecer pontos de vista, a partir de complexas negociações de sentido (Carvalho, 2009, p. 9).

É uma negociação que me interessa: como adiantei, quero pensar a pauta como uma arma de combate, como técnica e teoria, como meio que possibilita desvendar aquilo que parece dogma. Ao promover enquadramentos, o jornalismo, lembra o autor, está colocando em ação mais do que a saliência de aspectos considerados relevantes para a interpretação dos acontecimentos narrados. Está neste processo a especificidade da sua participação nas dinâmicas de construção social da realidade. Em outros termos, os enquadramentos revelam as peculiaridades de cada veículo noticioso, em suas múltiplas inserções sociais, e por isso são mais que um componente operacional da lógica narrativa noticiosa. Uma realidade social, afinal, se modifica também a partir de novos enquadramentos (Carvalho, 2009, p. 3-4).

A PAUTA-ROTEIRO E A PAUTA-AÇÃO

Após esse breve passeio por discussões teóricas, quero pensar sobre diferenças entre modos de se propor e pensar a pauta. Entendo que ela pode tanto ser vista a partir de uma condição mais instrumental quanto reflexiva, sem que haja uma separação exata entre ambas. A primeira, mais pragmática, será aqui chamada de *pauta-roteiro*. Esta guarda elementos distintos do que chamarei posteriormente de *pauta-ação*. É uma classificação antes de tudo pensada para sublinhar diferentes dimensões da pauta, mas, repito, em nenhuma delas está excluída a *reflexividade*. Ou seja, quando falamos de pautas com menos tempo de produção ou demandadas por editoras/pauteiras/produtoras, também falamos de posicionamento e reflexão na feitura da notícia.

Pauta-roteiro

A *pauta-roteiro* tem bastante amplitude no dia a dia jornalístico e refere-se comumente a eventos como inaugurações, coletivas de imprensa, campeonatos, acidentes, desastres naturais etc. É muitas vezes entendida como sinônimo de “assunto”: “minha pauta é a inauguração do hospital X”, ou “a pauta do dia é o aumento de juros decretado pelo Banco Central.” É algo, nesse sentido, “anterior” à repórter, trazendo geralmente temas/assuntos não levantados pela própria profissional, que recebe as pautas como incumbência do dia ou de acordo com a periodicidade/

plataforma do veículo. Podem ser relativas tanto a eventos programados quanto não programados, e muitas vezes, no caso das primeiras, são organizadas na agenda do veículo por uma pessoa específica — como disse, as quase inexistentes pautadoras, editoras e, em alguns casos, produtoras —, que elenca tais eventos de acordo com editoriais e profissionais. É sempre bom lembrar que tais escolhas ainda são frequentemente balizadas por critérios masculinistas, como demonstrou Marcia Veiga (2015).

Esse papel também é, no contexto de precarização das redações, muitas vezes desempenhado por agentes externos à produção noticiosa dos veículos, como as assessorias de imprensa públicas ou privadas. Assim, cria-se muitas vezes uma dependência do interesse externo de marcas, governos, empresas e instituições que fornecem textos e imagens para alimentar veículos. Esses materiais frequentemente são apenas reproduzidos nos jornais, sites e revistas, sem alterações nos releases, como mostrou uma pesquisa publicada em 2005 pela jornalista e professora Adriana Santana a partir de uma análise de jornais pernambucanos. A pauta-roteiro também pode nascer a partir de sugestões do público, que endereça de maneira variada temas/assuntos para jornalistas ou veículos. Ela pode ou não dar elementos para uma amplificação maior do tema, algo que está condicionado à atenção da repórter, ao interesse do veículo, ao tempo disponível para uma maior apuração etc. Podemos aqui lembrar do exemplo da pauta sobre Recife como campeã de desigualdade social no Brasil. Outro exemplo: a cobertura de um caso de feminicídio pode dar elementos para uma reportagem, com recorte específico sobre o tema, como foi o caso da reportagem *Ave Maria*, presente neste livro. Essa é uma questão importante, uma vez que crimes contra a mulher ou crimes de racismo serviram durante muito para ilustrar veículos como se fossem fatos isolados, e não reflexos de uma cultura de morte amalgamada (e naturalizada) no cotidiano social. Nesse sentido, a pauta-roteiro serve também como uma espécie de índice de algo maior que pode ser investigado. É um engano achar que a pauta-roteiro, por suas características, não apresenta espaços para a ação reflexiva da jornalista: aqui, trago novamente os casos Lázaro e Betinho, trazidos no capítulo 2, como exemplos de que, nas coberturas diárias, as repórteres também precisam se perguntar sobre seus critérios de escolhas cotidianas e os recortes utrofóbicos impregnados neles.

Um exemplo para falar dessa possibilidade de pautas cotidianas a partir de um olhar tão generoso quanto questionador é a extinta revista

Aurora, caderno dominical do *Diário de Pernambuco*, publicada entre 2010 e 2014 (164 domingos). No semanário, a abordagem conseguia equilibrar angulação inovadora e leveza com assuntos tratados sempre em suas dimensões políticas — fosse moda, moradia, urbanismo, comportamento, personalidades. Lembro-me principalmente de matérias nas quais lugares ou pessoas pobres não apareciam carregados de elementos vitimistas ou folclóricos, mas que prezavam por uma relação mais horizontalizada entre quem via e quem era visto. Essa perspectiva era traduzida em textos, imagens e projeto gráfico. Nesse sentido, Daniela de Lacerda, editora da revista, observa (em entrevista para este livro) que a equipe formada por Felipe Fernandes, Luiz Fernando Moura, Lenne Ferreira (repórteres), Jaíne Cintra (designer), Alcione Ferreira (fotógrafa) e Phelipe Rodrigues (editor-assistente) ganhou mais capacidade de amplitude e de abordagens com a chegada de Lenne, negra e vinda da periferia de Recife. Entendo que a presença de uma profissional vinda de um bairro popular não ficou, nesse caso, reduzida a uma discussão sobre representatividade, mas foi além: o conhecimento existente no repertório da mesma pôde redimensionar recortes de pautas e promover mudanças de perspectiva no interior da própria equipe. Foi uma presença epistemológica.

Pauta-ação

A pauta-ação refere-se à dimensão pessoal (ou coletiva) entre as angulações propostas por Medina e demanda um enquadramento reflexivo na produção de matérias e reportagens, sendo mais comum no último gênero por conta do tempo e investigação empreendidos em sua realização. Sabemos que boas reportagens podem nascer por conta de gatilhos dos mais variados: a partir de algo que parecia ser apenas uma cobertura pontual e termina revelando outras questões importantes no debate (como acabamos de ver acima); de uma denúncia feita à própria jornalista ou vinda através de uma instituição (empresas privadas, organizações não governamentais, Ministérios Públicos, Defensorias, polícias etc.) ou outra fonte interessada; de um evento inesperado que revela uma série de questões pouco conhecidas (caso da explosão no Líbano, citado no capítulo 1).

Mas excelentes reportagens nascem, também, de uma interação reflexiva da jornalista com o seu entorno, do olhar atento ao que parece

posto, natural, comum e mesmo besta. Nascem a partir de uma mirada que procura desnaturalizar e que busca o infraordinário, perspectiva que articula a partir de uma apropriação específica. Ela entende que as naturalizações de nossas violências têm, por exemplo, cor, classe, gênero. Essas violências fazem parte do que se tornou comum, ordinário.

Diferente da ideia de pauta-roteiro, aquela já oferecida à profissional para que ela a cumpra a partir de um evento previamente dado (o que Daniel Boorstin também chamou de pseudoeventos) e com prazo menor para a entrega, a pauta-ação depende profundamente do enquadramento conferido pela jornalista (ou documentarista, pesquisadora, etc). Depende da agência reflexiva de quem a desenha, ou seja: mesmo que a pauta — enquanto assunto, tema — tenha sido repassada para a profissional, ela pode, a partir do olhar crítico, abrir uma nova frente de abordagem e reconfigurar o tema proposto. Da pauta-roteiro à pauta-ação, entendo ambas como importantes na busca por um jornalismo de mais qualidade. Nesse sentido, é profundamente importante pensar em que perguntas são feitas e no que elas desvelam para além do que já é sabido. Volto a Sylvia Moretzsohn (2007): vale sempre indagar, sempre, por que as coisas são como elas são. Lage (2001) entende que a capacidade crítica da profissional em campo é essencial para a qualidade do que está sendo produzido, e provoca:

É claro que o êxito de uma pauta depende essencialmente de quem a executa. O trabalho de reportagem não é apenas o de seguir um roteiro de apuração e apresentar um texto correto. Como qualquer projeto de pesquisa, envolve imaginação, insight: a partir dos dados e indicações contidos na pauta, a busca do ângulo (às vezes apenas sugerido ou nem isso) que permita revelar uma realidade, a descoberta de aspectos das coisas que poderiam passar despercebidos (2001, p. 15).

Como dito no capítulo anterior, essa posição reflexiva não é um luxo possível apenas na pauta que estrutura grandes reportagens: ela precisa ser levada à cobertura diária, aquela mais “povoada” pela pauta-roteiro. Não precisamos, reitero, de um tempo estendido para deixar de adotar posturas e discursos outrofóbicos, racistas, sexistas, reducionistas. Não precisamos do tempo estendido para entender que o jornalismo precisa contribuir para desarticular aquilo que ele ajudou a talhar e a desumanizar. Mas é inegável que a pauta-ação, na reportagem, reúne mais condições, dado seu tempo de maturação e posterior investigação, escrita e edição, de constituir uma produção de maior potencial no redesenho social. Ao

jogar sua atenção para aspectos adormecidos e silenciados, ela, instrumento de ação da jornalista, passa a ser também uma tecnologia, uma ferramenta hacker, ao passo que também pode promover a desestabilização de percepções hegemônicas. O resultado dessas produções não precisa ter comunhão com o espetacular, com o “furo”, com qualquer tipo de heroísmo: o jornalismo é um importante ator também na agenda da micropolítica.

Essa prática, a “produção de linhas de fuga às subjetividades padronizadas, normalizadas/normatizadas” (Guattari & Rolnik, 2010, em Castro, 2013), foi estudada em conexão ao jornalismo a partir de uma análise da produção de um grupo composto por nomes como Durvalino Couto Filho, Edmar Oliveira, Carlos Galvão, Arnaldo Albuquerque e Torquato Neto, todos envolvidos na criação de discursos que apareciam em contraponto aos veículos “oficiais” midiáticos e da “cultura do verbo engravatado” da Teresina da década de 1970 (Castro, 2013). Volto a observar, no entanto, que a prática da ação reflexiva e da produção de novas discursibilidades e visibilidades não pode ser vista como possível apenas no que entendemos como veículos alternativos/independentes, como percebeu Marcia Veiga, mas também naqueles de tom liberal-conservador.

Outra questão importante é que esse posicionamento não reza por uma cartilha clássica da prática jornalística, o agir individual: a pauta-ação deve ser desenvolvida coletivamente, ainda que a repórter esteja apurando e escrevendo sem a parceria de outra profissional com a mesma função. Uma reportagem que se compromete a repensar abordagens e lançar o olhar para lugares sombreados é necessariamente dialógica desde sua concepção. A pesquisa já no processo de apuração é fundamental não só pelo motivo óbvio de que toda investigação jornalística prescinde dessa atividade, mas porque também é nela que são articulados posicionamento e reflexividade. Por exemplo: quem procuramos e que contribuições essas pessoas trazem para a articulação e o desenvolvimento da pauta? Quem é comumente ouvido e quem fica de fora dos debates? São questões, como vimos, trazidas também no esforço coletivo de docentes da UFMG e presentes no livro *Formação em jornalismo*, voltado para a graduação. Enquanto escrevo, me remeto ainda a uma conversa, realizada em sala de aula virtual na UFPE, com a jornalista Helaine Martins, criadora do citado projeto Entreviste um Negro. Ali, Helaine nos contou que foi somente em 2020, após a enorme repercussão do assassinato de George Floyd em Minneapolis, EUA, o banco de fontes que ela construiu para visibilizar especialistas negras e

negros passou a ser mais procurado por jornalistas brasileiros. O projeto já contava com cinco anos de existência e durante esse tempo milhares de pessoas negras foram assassinadas no Brasil, o que revela bastante sobre como parte da imprensa de referência olha (aliás, não olha) para o próprio entorno. Dizer isso não é obviamente minimizar o horror vivido por Floyd, mas perceber o engajamento midiático nacional conferido a um movimento como o Vidas Negras Importam em detrimento dos vários movimentos negros nacionais que existem (e existem) e estavam denunciando as violências cometidas em solo brasileiro. Helaine, infelizmente, morreria um ano depois daquela conversa — e aqui, neste livro, deixo o meu muito obrigada a ela por ter contribuído para uma democratização mais efetiva da imprensa, sublinhando a brancura das fontes ouvidas. Alguns interessantes projetos também já trouxeram o público leitor para o âmbito da escolha de pautas e suas angulações, um componente importante desse pensar coletivo. A *Agência Pública* é um deles. Em 2017, realizou um chamado para que leitoras e leitores ajudassem a priorizar que assuntos deveriam ser investigados. As propostas de reportagens saíram da redação, mas grupos de assinantes votavam em quais gostariam de ver publicadas. Depois, grupos em redes sociais acompanhavam o processo de investigação.

A pauta-ação está assentada nos pressupostos discutidos ao longo deste livro, e é nela que vejo uma possibilidade de restauração de humanidades que historicamente arranhamos, desconsideramos ou assassinamos enquanto imprensa. A seguir, trago o processo de concepção e a execução de três reportagens: *A vida é Nelson* (2012), *Ave Maria* (2013) e *Casa-grande é senzala* (2013). Não há intenção nenhuma de mostrá-las como “corretas” e sem problemas de ordens diversas — percebo, hoje, vários, e os comento no final de cada material. Também é importante dizer que este é um movimento de certa maneira contrário: quando pensei e executei essas pautas, não tinha nenhuma elaboração teórica mais sedimentada a respeito delas, apenas pistas. Sabia, por exemplo, que eu poderia usar o espaço que ocupava para realizar uma produção jornalística que procurasse dar conta de questões como classe, raça, gênero e outros marcadores a partir de abordagens estabelecidas em questões como uma maior horizontalidade entre jornalistas e entrevistadas/os, não vitimização ou folclorização de personagens, investimento em formas de escrita diversos (usando processos criminais, como em *Ave Maria*, ou em forma de texto dramaturgico, como em *A vida é Nelson*). Tanto *A vida é Nelson*

quanto *Casa-grande é senzala* têm efêmeros como gatilhos: a primeira, os 100 anos do nascimento de Nelson Rodrigues; a segunda, os 80 anos do livro de Gilberto Freyre. As duas também foram “encomendadas” pela direção da redação, mas não as pautas em si, que eu só definiria após pesquisas diversas, e sim os temas como pontos de partida.

A PAUTA-AÇÃO E A PRÁTICA: ANALISANDO REPORTAGENS

Certa vez, em 2011, estava no carro da reportagem do *Jornal do Comercio* a caminho de uma entrevista quando, no rádio, escutei uma notícia sobre a absolvição da agricultora Severina Maria da Silva, então acusada de mandar matar o pai. Era a própria promotora, encarregada de acusá-la, que pedia por sua liberdade: naquele momento, Severina tinha 44 anos e, desde os nove, era estuprada por Zé da Fuba. Dele, engravidou 12 vezes, cinco dos filhos nascidos vivos, sete nascidos mortos. A notícia foi breve, e a história de terror, relatada sucintamente.

Quando voltei para a redação, fui em busca de mais informações sobre o ocorrido. Cá e lá, encontrei matérias pequenas falando sobre os crimes e a prisão de Severina em 2005, logo após o enterro do pai, na Vila Rafael, zona rural de Caruaru (ela passou mais de um ano presa em um presídio no interior do estado). As informações se repetiam, e em todas elas podíamos apenas vislumbrar o que havia acontecido ali.

Aquilo me deixou perplexa. Eram muitos os elementos que se sobrepunham até se cristalizarem na tragédia vivida por Severina — e, consequentemente, na tragédia herdada por seus filhos e filhas. Aquela história era, de certa forma, a história de um Brasil: uma mulher negra devassada desde a infância, cujo entorno não foi capaz de protegê-la — nem a vizinhança, nem a legislação (Severina, eu saberia depois, procurou delegacias para denunciar o pai. Uma vez, o delegado, que conhecia Zé, bateu no rosto da denunciante dizendo-lhe que ela falava mal de um homem bom). A partir de buscas nos jornais sobre sua vida, percebi que Severina também era visibilizada de maneira superficial e várias vezes distorcida pela imprensa, que noticiava sua absolvição através de títulos que, na maioria das vezes, iluminavam seu ato (“mandou matar o pai”) antes de iluminar sua posição múltipla de vítima.

Era o jornalismo que se interessava mais uma vez pelo “extraordinário” da coisa, simbolizado aqui em palavras como estupro, assassinato, incesto. Sim, o caso deveria ser noticiado, não resta dúvida. Mas aquilo bastava? Severina era só mais um caso da violência extremada vivida por mulheres, e especialmente por mulheres pobres, negras? Severina vivia um drama individual? Na minha cabeça, além destas perguntas, existiam outras: como foi possível que, durante mais de três décadas, uma criança fosse mantida em uma casa sendo estuprada pelo pai até virar uma mulher? Como foi possível que ela engravidasse e parisse 12 vezes, sendo atendida também pelos serviços de saúde do município, cujos profissionais não se movimentaram para tirá-la daquela situação? Como era possível que essa mulher, vivendo em uma cidade a apenas 130 quilômetros de Recife, não estivesse estampando os jornais naquele momento, trazendo para o visível e para além de um registro tímido sobre seu absolvimento, todo silenciamento vivido por tantas mulheres abusadas dentro do próprio espaço doméstico por pais, irmãos, padrastos?

Minha sensação é de que todos havíamos falhado com Severina: comunidade, Estado, imprensa. Severina foi abandonada à própria sorte por todas e todos nós — e Severina era muitas.

Pouco tempo depois, iniciei as pesquisas para o caderno especial sobre os cem anos do nascimento de Nelson Rodrigues. Poderia seguir vários caminhos — ou várias pautas, algumas delas quase óbvias: a Recife de Nelson; a vida e os temas do escritor, jornalista e dramaturgo; a radiografia de um de seus mais conhecidos trabalhos, a série de contos *A vida como ela é*. Nenhuma delas, no entanto, me interessou muito. Durante a pesquisa, algo fundamental mas muitas vezes ignorado antes de decidir o conceito de uma pauta, vi que Nelson, nos primeiros momentos da série (iniciada em 12 de junho de 1951), escrevia a partir de fatos reais, algo rapidamente abandonado pelo escritor. Ele decidiu pela ficção para elaborar seus contos — muitos deles, é claro, ilustrados também com acontecimentos cotidianos. As mudanças de costumes e as contradições da vida pequeno-burguesa eram os objetos de preferência de Nelson, que investia principalmente em histórias de adultério, grande parte com um fim trágico para as mulheres. O machismo autorizava assassinatos “em nome da honra”.

Meu interesse pela questão da ficção no jornalismo já era forte e havia sido base da minha dissertação, na qual pesquisei a ideia de não notícia (Moraes, 2005). Assim, Nelson e a capacidade subjetiva e criadora do

jornalismo surgiam como subtemas que eu abordaria, mas isso não era suficiente para sustentar uma reportagem: o enfoque mais “acadêmico” não garantiria o interesse mais geral. Me ocorreu uma questão: para o autor, a ficção foi uma saída para elaborar em texto as miudezas e detalhes da sociedade. Mas, depois de anos de redação (e também da pesquisa e da escuta de questões fora daquele espaço), eu também sabia que a realidade competia em pé de igualdade com a ficção. A história terrível de Severina e o abandono total a que ela foi submetida eram absurdos que, dados seus níveis de destruição, pareciam ter sido frutos da criação de uma roteirista, uma escritora. Mas sim: o clássico “a vida imita a arte” poderia facilmente ser invertido. Apurei cinco diferentes histórias e segui para contá-las. A de Severina seria uma delas.

A partir de informações facilmente encontradas — como a comunidade rural na qual ela e os filhos viviam —, fui até Caruaru. Encontrei Severina em um povoado de aparência extremamente tranquila, quase idílico, no qual víamos ruazinhas e igreja. A casa simples, organizada. Na parede da sala, uma foto dela ao lado do pai, como se fossem um casal. Eu iria mais duas vezes ali até publicar o caderno em agosto de 2013 — a análise do mesmo está neste capítulo, mais à frente.

Cerca de um ano depois, um repórter muito jovem me abordou na redação e perguntou se eu tinha o número de Severina. Ele disse que gostaria de fazer uma matéria com ela e, com o ar meio malicioso, disse: “Você sabia que ela recebe pensão do pai que mandou matar?”. Me questionava como se tivesse ali um grande “furo”, uma informação que não constava no meu texto e que deveria ser publicada. Eu fiquei chocada com o comentário e com o que ele pretendia fazer com aquela informação, cuja distorção dos fatos era assombrosa: no seu recorte, Severina estaria se beneficiando do homem que passara décadas a estuprando e espancando e que ameaçava cometer os mesmos crimes com sua filha-irmã Antônia. Escrevendo agora, lembro-me da famosa defesa do escravizado Tomás realizada por Joaquim Nabuco. Tomás assassinara duas pessoas após ser açoitado em praça pública, em Olinda (1868). Preso, foi condenado à morte. Nabuco, em defesa, disse que Tomás era uma vítima de crimes sociais sofridos pelo cativo — e que toda a sociedade era cúmplice desses crimes. Conseguiu livrar o rapaz da pena de morte reiterando que ele, antes de tudo, se defendeu. Naquele dia, na redação, pensei no quanto o fato de termos novas gerações de repórteres não garantia necessariamente uma renovação no olhar, nas falhas estruturais da sociedade brasileira, na

herança da escravidão e da violência de gênero, por exemplo. Ao repórter, eu disse que não tinha o telefone comigo e lembrei que, antes de tudo, a agricultora era uma vítima. Não voltei a falar com ele sobre o assunto, mas entrei em contato com Severina e a precevi sobre ele.

Conto esse caso porque ele representa para mim algo importante no bojo do jornalismo de subjetividade: a responsabilização de si enquanto profissional não somente no plano individual, mas coletivo. Significa dizer que é preciso entender-se fazendo parte de um sistema maior, que promove representações e que historicamente falhou nessa tarefa. Assim, se há um propósito em desarticular esse jornalismo que mais fere do que restaura, é preciso firmar um pacto consigo e com o outro e entender que a pauta, essa moldura que resulta na representação a ser realizada, tem o poder de regenerar identidades, de promover o processo de re-humanização citado por Villanueva. É nesse sentido que a pauta pode ser entendida como arma de combate e, ainda, como instrumento/ferramenta, como indicativo de um processo de reflexão e posicionamento.

ANÁLISE DA REPORTAGEM 1: A VIDA É NELSON

Tema — Centenário do dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues.

Pauta — Cinco histórias reais que pareciam ficção, um “a vida como ela é” construído na realidade.

Conceito e análise crítica — Não deixa de ser curioso: depois que escrevi a partir dos cem anos da morte de Euclides da Cunha (especial *Os sertões*, 2009) e de Joaquim Nabuco (especial *Quase brancos, quase negros*, 2010), o então diretor-adjunto de redação, Laurindo Ferreira, me abordou pedindo para que eu pensasse em algo sobre outro centenário, dessa vez o do nascimento de um pernambucano fundamental no teatro e no jornalismo brasileiro, Nelson Rodrigues. Passei então a ler mais a respeito dele enquanto pensava em pautas mais específicas dentro do universo rodriguiano. Um tema é um mundo inteiro, e há muitos caminhos entrecruzados que podem ser seguidos. O fato de o dramaturgo ser mais “pop” que os nomes anteriores de certa forma dificultava meu trabalho: a biografia feita por Ruy Castro (*O anjo pornográfico*) já dera conta muito bem da vida de Nelson alguns anos antes. Outro caminho seria pensar em algo a partir das crônicas *A vida como ela é*, que foram

também tematizadas pouco tempo antes no programa Fantástico, documental da Rede Globo. Mas, sinceramente, parecia uma escolha fácil demais. Descobri então que as histórias, como citei antes, eram escritas a partir de fatos reais. Nelson começou a escrever a coluna de crônicas no *Última Hora*, de Samuel Wainer. Ali, foram lidas de 1950 até 1961. Mas a realidade se mostrou tediosa para o também escritor que, após três dias escrevendo a partir do “real”, passou a ficcionalizar as crônicas quase totalmente, pegando um ou outro elemento do cotidiano e mixando pessoas, fatos, tragédias, encontros.

Foi essa questão que decidi trabalhar, mas ao contrário: se um material com um título eloquente como *A vida como ela é* era ficção, eu quis escrever histórias não ficcionais que soassem como o oposto. Eram reais, mas de tão absurdas, desconcertantes, curiosas ou terríveis pareciam uma invenção. A história de Severina, que havia conhecido meses antes, estava na minha cabeça. Percebi que aquela era uma chance de escrever sobre ela e sua família. Mas eu precisaria levantar outras histórias. Ao mesmo tempo, era preciso buscar informações sobre Nelson: levantei estudiosos e estudiosas da obra do dramaturgo, análises de peças a partir de perspectivas variadas — cênicas, psicológicas, sociológicas —, fui em busca de mais elementos que falassem de seu nascimento na capital pernambucana. Nessa investigação, percebi que havia pouco sobre a atividade do homenageado como jornalista, e me interessava muito a discussão proposta por Nelson sobre realidade e ficção na produção noticiosa. Me parecia genial sua crítica a uma objetividade herdada do modelo norte-americano. Mas o material que eu estava levantando era muito grande e de certa maneira não conversava com meu propósito: eu queria contar histórias de pessoas reais, uma angulação que não era, da maneira como eu pensava, muito adequada ao caderno de cultura. Havia, ao mesmo tempo, toda uma outra apuração mais voltada ao último. Essas questões “formais” foram resolvidas durante a própria apuração, como veremos em breve.

Nesse período, ainda tateando como abordar melhor a pauta, lembrei de um crime terrível ocorrido durante uma festa de casamento em Aldeia, região metropolitana de Recife. No dia 18 de dezembro de 2010, Renata Coelho e Rogério Damasceno, casados um dia antes no civil, realizaram uma festa religiosa com 200 pessoas para celebrar a união. Durante a madrugada, quando os convidados começavam a ir embora, o noivo foi até o carro e voltou para a festa segurando um revólver. Ele atirou e matou

Renata, o padrinho do casamento, Marcelo Guimarães, e depois mirou contra a própria cabeça. Renata e Marcelo morreram na hora. Rogério faleceu na UTI do hospital, horas depois de cometer o crime. O caso, que teve repercussão nacional e internacional, desvelou ainda mais o enorme machismo sob o qual estamos imersas: grande parte das notícias na época falavam de “ciúmes” e que Renata era uma moça tranquila e pacata, ou seja, não havia feito nada para “merecer aquilo”. É absurdo como essa lógica foi perpetrada, como boa parte dos comentários e textos voltavam o olhar para o comportamento da noiva em busca de indícios de sua culpa em ser assassinada barbaramente. Trouxe a história para o especial também: o componente do machismo, aliás, era uma característica que surgia fortemente na obra rodriguiana.

A partir das histórias de Severina e de Renata — que tinham, multiplicadas, elementos das tragédias que Nelson Rodrigues trazia principalmente em suas peças —, percebi que poderia intitular cada texto “trobando” os títulos de obras do dramaturgo. Essa foi uma maneira, também, de amarrar o projeto e estruturar a pauta, que só a partir dessa decisão ficou melhor desenhada. Esse insight veio exatamente no dia em que visitei Severina pela primeira vez e vi na parede de sua sala uma imagem de um casal feita à moda antiga, uma reprodução de fotos do homem ao lado da mulher, depois finalizadas com alguma pintura, muito comum no Brasil de décadas atrás. Quando perguntei sobre os dois, Severina me disse que eram ela e o pai, e que ela mandara fazer aquela reprodução. Entendia a certa estranheza que se instalava ali e explicou algo que jamais esqueci: falou que os filhos e as filhas precisavam entender que, apesar de tudo, eles tinham uma mãe e um pai. Era a agricultora de certa forma protegendo não só suas crianças, mas também seus irmãos e irmãs, do estigma que obviamente se estabelecia naquela casa onde o pai violentamente, criminosamente, obrigou uma criança, sua filha, a conviver com ele como se fosse uma esposa. Foi a mãe de Severina, outra mulher ameaçada, quem a levou pela primeira vez ao quarto do pai. Estupros, espancamentos, ameaças: tudo foi silenciado por Severina na foto que performava uma quase normalidade naquele lar. A foto era um presente para as meninas e os meninos, uma proteção para uma infância que ela nunca teve o direito de conhecer. Na peça *Album de família*, escrita em 1945 — só liberada para a encenação 20 anos depois, curiosamente no pós-golpe de 1964 — o patriarca, Jonas, estupra meninas e adolescentes como forma de liberar o recalçado desejo pela filha Glória. Quem o ajuda

é a cunhada, Rute, apaixonada por ele. Outras relações incestuosas fazem parte da trama: a matriarca D. Senhorinha é apaixonada por Edmundo, seu filho. Já Nonô, também filho do casal, enlouquece após ter um contato sexual com a mãe. O que se apresentou para boa parte da sociedade como tragédia psicológica e perversão na peça se materializava em grande parte no cotidiano da família de Severina, que enfrentava, no que chamamos de vida real, as ameaças de morte e os estupros naturalizados. Chamar aquilo tudo apenas de perversidade era muito pouco e injusto com todas as mulheres e meninos daquela casa — principalmente com Severina.

Assim, intitulei a matéria sobre a agricultora de *Album de família*, buscando sua história a partir do que havia atrás daquela foto e do silêncio sobre elas (menos o silêncio de Severina, que foi sufocada). Havia outra encenação de Nelson que poderia ser trazida para contar a história de Renata: *Vestido de noiva*, peça escrita em 1943. Voltarei a falar sobre como formatei esse material específico. Em nenhum dos textos, porém, fiz comparações diretas entre obras ficcionais e realidade. Já na apresentação do caderno, como de praxe, havia sempre uma matéria explicando o que leitores e leitoras encontrariam no especial. Além disso, os títulos já eram grandes indicativos do que se contaria a seguir. Mais: achei que fazer uma comparação ainda mais evidente poderia atenuar o que se passou na realidade daquelas mulheres violentadas, assassinadas. As histórias eram eloquentes o suficiente e não precisavam das associações mais explícitas.

Pré-apuração — Como se percebe acima, o conceito e a análise crítica do especial se deu durante o próprio trabalho da pré-apuração, o que demonstra como essas etapas não são estanques nem acontecem em separado: mesmo uma pauta já definida pode mudar durante o processo de pré-apuração, apuração, escrita e mesmo edição. É claro que isso muitas vezes embola radicalmente o meio de campo, mas não é possível fazer com que a dinâmica cotidiana e os eventos que nós perseguimos se adequem à nossa agenda e racionalização do material levantado. Foi na própria pré-apuração que consolidei a pauta e, só depois disso, dei seguimento a esse processo. Para dar continuidade à ideia de ter histórias reais que pudessem ser intituladas com obras ficcionais de Nelson, fui levantando outros relatos via pesquisa em matérias e reportagens na internet. Foi nesse momento que percebi como quase todos os crimes bárbaros que surgiram nesse entremeio vitimizavam mulheres e eram praticados por homens: além daqueles já expostos ocorridos com Severina e Renata,

encontrei, por exemplo, notícias sobre homens que mataram os filhos depois que as mulheres pediram a separação e uma quantidade grande de outros que costumavam estuprar as filhas, engravidando várias. Esses crimes me levariam, no ano seguinte, a escrever o especial *Ave Maria*, que também é trabalhado neste livro.

Sabia de uma pessoa, uma jovem, cuja história eu conhecia há tempos: sofrera abuso sexual do pai ainda criança, pouco depois de perder a mãe, que cometera suicídio. Depois, esse mesmo homem tentou abusar da irmã dessa jovem — ele foi detido após essa acusação, depois liberto e, em cerca de um ano, foi assassinado muito perto de casa. A jovem, cujo crescimento eu acompanhara, se afastou um pouco da família para seguir caminhar longe daquele ambiente de destruição. Na época em que eu iniciei a pesquisa do especial, ela estava casando e fazendo planos para ser mãe. Entrei em contato para saber se ela queria contar sua história na reportagem. Nunca havíamos falado abertamente sobre aquela sucessão de tragédias que tinha uma raiz comum: seu pai. Eu também sofri abuso sexual quando era criança de uma pessoa inserida na minha família (já falei a respeito em um texto publicado em 2017 intitulado *Pode a subalterna calar?*, publicado na plataforma Medium e, depois, em outra versão, no periódico *Estudos de jornalismo e mídia*, da UFSC). Sabendo que o assunto era um tabu grande e como falar a respeito era tão difícil quanto poderia ser necessário, fiz o convite, e ela aceitou. Na reportagem, sua história trouxe como título *A falecida* (peça de Nelson escrita em 1953), em referência à mãe suicida.

A quantidade de casos muito trágicos me fez ir em busca de histórias que trouxessem algum respiro, possibilidades de existência que se impusessem apesar do som ao redor. Quando viajei com Joicy até São Paulo para uma homenagem feita pela Associação da Parada do Orgulho LGBT, conheci uma mulher inspiradora, Laleska Valéria, travesti que também trabalhava como juiz de futebol. Laleska também era homenageada naquele ano. Nos aproximamos, e eu soube mais sobre ela: vinha de uma cidade do interior do Ceará, Morro Branco, onde também trabalhava como guia. Quis trazê-la para o especial e, escrevendo agora, me dou conta de que em diversas reportagens, pessoas transexuais ou travestis estiveram presentes sem que esse fosse um enfoque específico: *Casa-grande e senzala*, *Os sertões*, *A vida é Nelson*. Gosto disso, porque a compartimentação de existências e subjetividades (a matéria sobre negros, a matéria sobre travestis etc.) me parece uma questão anacrônica e que precisa

ser urgentemente superada pelo jornalismo. O texto sobre Laleska teria o título *Engraçadinha*, uma das mais conhecidas tragédias cariocas de Nelson Rodrigues. Nele, além de trazer para o âmbito da reportagem, sem espetacularizações, uma travesti nordestina cuja existência não se parecia com aquela comumente lida sobre este público nos jornais, era possível fazer também uma referência a uma das grandes paixões do dramaturgo, o futebol.

Finalmente, ainda sobre a escolha das histórias, eu teria que falar, é claro, do próprio Nelson Rodrigues, transformando-o em um dos “personagens” trabalhados. Minhas buscas sobre fatos menos conhecidos ou mesmo inéditos de sua vida não trouxeram nada graúdo, nem mesmo entrevistas com familiares (cheguei a conversar com seu filho, Nelsinho, por telefone). Eu já esperava por isso: trazer novas luzes sobre o dramaturgo, escritor e jornalista demandaria um esforço de pesquisa ainda maior, incluindo viagens, visitas a arquivos etc. Eu não tinha tempo e verba para realizar algo nesse sentido, nem queria que o caderno se transformasse em uma ode única a Nelson, e sim trazê-lo para falar do agora, de vida, morte, sociedade. Quando li que sua última peça, na qual ele se baseava na própria história, não foi finalizada, vi que ali havia oportunidade de explorar um texto. Estava muito tomada pelas discussões realidade-ficção que o próprio autor propunha. Tive então uma ideia: assumir uma reescrita da peça e ali usar o que eu apurara em entrevistas e pesquisas. Coloquei nela o título original da obra: *Anti-Nelson Rodrigues*. Retomarei essa questão mais à frente.

É preciso dizer que alguns desses arranjos foram sendo fechados também durante o próprio desenvolvimento da apuração do texto, da reportagem — mais uma vez, atento para este aspecto como forma de sublinhar que muitos processos ocorrem simultaneamente. Alertei leitoras e leitores para essa característica na abertura do especial, quando falei sobre as matérias intituladas com quatro peças e um romance de Nelson: “Não foi uma decisão tomada a princípio, como se poderia supor, e sim durante o processo da reportagem, quando as histórias aqui trazidas iam revelando elementos que de alguma maneira as ancoravam no universo ficcional rodriguiano”. Como vocês devem ter percebido, o processo de pré-apuração já está encadeado com o próximo passo, que relato a seguir.

Apuração e desenvolvimento — Enquanto pré-apurava elementos que mostrassem ser possível localizar cinco histórias que se coadunassem com criações de Nelson Rodrigues, também entrevistava uma série de especialistas na obra do autor — como o escritor e jornalista Ruy Castro,

autor da excelente biografia *O anjo pornográfico*; o escritor e encenador Caco Coelho, que encenou naquele 2012 a peça *Vestido de noiva*; o jornalista Geneton Moraes Neto, que, muito jovem, entrevistou Nelson já em fim de carreira; a antropóloga Adriana Facina, autora do livro *Santos e canalhas* — *uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues*; e a pesquisadora Fátima Saadi, do Teatro do Pequeno Gesto, organizadora do *Dossiê Nelson Rodrigues*. Mas as análises a respeito da obra e dos seus impactos de fato não cabiam nos relatos de vida que eu apurava. Decidimos dividir o material, com as matérias trazendo especialistas na área de cultura sendo absorvidas no *Caderno C*, e as histórias pessoais (e sempre coletivas) pensadas para um outro produto, fosse ele caderno ou série. Mas era preciso também burilar um recorte específico — uma pauta — para o material que iria para o caderno de cultura. O excelente repórter Diogo Guedes felizmente iria escrever comigo as matérias e decidimos, para dar conta da produção multifacetada de Nelson, realizar textos diferentes para falar sobre suas produções como jornalista, dramaturgo, romancista e novelista. Fiquei com os primeiros — não poderia perder a oportunidade de falar sobre as questões da objetividade e subjetividade que eram tão presentes na produção rodriguiana. Aliás, até hoje me impressiona que os cursos de jornalismo no Brasil tenham tanto apreço pelo *new journalism* norte-americano mas não iluminem a produção nacional do mesmo tom realizada antes mesmo dos Taleses e Capotes. Foi pensando nas provocações e possibilidades de criação que o autor via também como possíveis no jornalismo que propus uma pequena homenagem: uma entrevista ficcional com Nelson encerrando a série no *Caderno C* (escolhemos publicar uma matéria por dia durante uma semana, como explico também no próximo tópico). Enderecei as perguntas justamente às e aos especialistas com quem conversei para realizar a matéria. Até hoje me divirto com a primeira delas: “Quem é o senhor? Um santo, um canalha, um tarado, um gênio, um reacionário?”

Ainda cometeria outra diabrete, também inspirada nas possibilidades de criação jornalística e em um momento de liberdade de experimentação que o jornal permitia (algo que se tornou mais forte também por conta de um reconhecimento externo e que capitalizava simbolicamente o veículo). Como dito, resolvi escrever a vida do autor a partir de sua última e não finalizada peça, *Anti-Nelson Rodrigues*. Decidi que faria um texto ao modo de escrita dramaturgica: em atos, diálogos e descrições de cenários e emoções das personagens. A seguir, um pequeno trecho:

Vários homens de camisas brancas e gravatas entram rapidamente em cena e sentam-se à frente das máquinas de escrever. Também entram quatro jovens, todos de furtas sobranceiras. São filhos de Mário: Milton, Mário Filho, Roberto e Nelson, o menor. O menino não usa mais calças curtas: suas roupas demonstram o avanço da idade. Em meio ao zum-zum-zum da redação, ele atende um telefonema.

Nelson (dirige-se a Milton) — acaba de acontecer um atropelamento em Copacabana! Gente rica!

Milton — E soube que tem outra tragédia por lá, é suicídio de namorados!

Nelson — Suicídio de amantes? Deixa comigo.

O menino corre e sai de cena. As luzes da redação se apagam. Quando acendem novamente, a placa A MANHÃ apaga-se e outra acende-se: CRÍTICA — 1928. A redação está um pouco maior: outros homens entraram em cena, trazendo novas mesas com máquinas de escrever. O menino não se espanta e corre para sua mesa, onde escreve furiosamente.

O texto “ficcional” seguia a apuração sobre a vida de Nelson Rodrigues e a forma da peça em nove atos. Li quase toda dramaturgia do autor em um processo de pesquisa contínuo, não localizado apenas na pré-apuração. Para dar conta dessa matéria específica, pedi a ajuda do ator, diretor, cenógrafo e professor Marcondes Lima, da UFPE. Ele revisou a adequação do texto para o teatro e tornou um trabalho jornalístico possível de ser encenado e também lido por um público não iniciado. Gosto muito de pensar essa parceria e nas tantas possibilidades instauradas aí (e convido novamente para a discussão sobre arte-jornalismo que tratei no capítulo 2).

Outra apropriação rodriguiana clara se deu no formato do texto *Vestido de noiva*, que dividi em três momentos, como na peça realizada em três planos simultâneos: alucinação (perspectiva de Rogério, o noivo), realidade (perspectiva de Renata, a noiva) e memória (perspectiva de Prazeres, a mãe). Quero falar um pouco mais sobre essa matéria, pois nela eu assumo que acompanhei o último dia de vida do noivo e da noiva, algo que era inédito para mim, como jornalista. Foi uma apuração extremamente delicada, pois se tratava de um crime terrível que teria de ser remexido após dois anos de seu cometimento. Não é fácil, e é preciso entender em que terreno está se pisando. Depois de ler parte das diversas matérias que foram publicadas sobre os assassinatos de Renata e Marcelo

e o suicídio de Rogério, comecei a procurar falar com pessoas que conheciam noivo e noiva. Em vez de procurar diretamente a família da última, resolvi falar com o advogado da mesma, Hisbelo Oliveira. Fui até seu escritório e o entrevistei. Soube por ele que Renata tinha duas mães, a que estava presente no casamento, com quem viveu durante muito tempo, e Prazeres, a mulher que a pariu e também criou. Prazeres trabalhou durante um tempo na casa da primeira, como doméstica. Falei para o advogado que não iria procurar a família diretamente. Até hoje, entro em conflito comigo mesma quando sei que vou reavivar a memória de algo extremamente violento. Achei melhor entregar o número do meu telefone a ele. Ele falaria sobre a matéria e, se alguém da família quisesse falar comigo, bastava ligar.

Dias depois, a mãe com quem Renata vivia ligou para a redação e falou comigo: disse que eu não deveria fazer a matéria, que sua filha sofreu diversos ataques, mesmo estando morta. Se referia aos comentários maldosos e machistas que infelizmente se multiplicaram nas redes, nos jornais. Ela estava certa. Eu expliquei que não faria nenhum texto ferindo a imagem de Renata, mas ela não pareceu acreditar. Vi ali como o que é apenas um comentário virtual, uma “brincadeira”, pode provocar um vão na alma de quem lê. Mais que isso: várias matérias, como eu disse, falavam em “cíumes” e assim contribuíam para uma subterrânea culpabilização de Renata (“mas o que é que ela fez?”). A mãe ficou bastante irritada comigo e disse que me processaria se eu escrevesse o texto — não confiava em nenhum jornalista falando o nome de sua filha. Eu não a culpei, nem a culpo, até hoje. Depois que o texto saiu, esperei que alguém da família me procurasse, o que não aconteceu. Entendi esse silêncio de maneira positiva: através dele, entendi que meu intuito com a história de Renata havia sido alcançado.

Eu continuava buscando, após o contato de uma das mães, pessoas próximas à noiva, e descobri na internet um grupo criado em sua memória. Era uma das amigas mais próximas de Renata que respondia por ele. Consegui seu contato e marcamos uma conversa. Ela morava em Amaraji, zona da Mata Sul de Pernambuco, lugar onde a noiva também vivia. No dia da entrevista, contei sobre a ligação da mãe, que ela não quis falar comigo e disse que eu não deveria escrever sobre o caso. “A outra mãe dela mora aqui perto, você quer que eu a chame?”, perguntou. Eu já desistira de falar com pessoas da família, principalmente as mães, e disse que estava tudo bem, eu procuraria apenas amigas e amigos, além

dos documentos do processo criminal. Ela me pediu somente para avisar a Prazeres que uma jornalista estava ali buscando informações sobre Renata. Eu aceitei. Momentos depois, entrou na sala uma senhora de meia idade. O rosto era muito parecido com o da filha, do qual eu me tornara “íntima” após conviver com várias de suas fotos e relatos sobre sua vida. Fiquei surpresa e ao mesmo tempo constrangida: lá estava eu, remexendo novamente na dor dos outros. Expliquei que estava escrevendo sobre Renata e que sabia que a imprensa tinha publicado muita coisa ruim — antecipava o que provavelmente viria — e que ela não precisava me dar entrevista, que não se preocupasse. Mas o que aconteceu foi o oposto: Prazeres me disse que queria, e muito, falar. Que ninguém tinha procurado por ela, ido até aquela cidade, para saber sobre Renata. Que queria falar publicamente sobre sua filha, sua única filha. Que estava na fila de um banco quando alguém atrás dela começou a dizer algo como “o noivo matou a noiva, ali tinha coisa”, e ela sentiu o chão abrir sob seus pés. Por isso queria falar, queria defender Renata, queria responder a todos que responsabilizavam sua filha pelo machismo e a violência do noivo. De certa forma, era Prazeres quem me procurava.

Foi assim que iniciamos as conversas, que aconteceram em vários momentos, incluindo uma vez no cemitério, na frente do túmulo da jovem assassinada, no dia em que ela faria aniversário. Prazeres e as amigas de Renata, que conheciam um pouco Rogério, me passaram informações sobre o noivo. Mas o mais importante para conseguir escrever como se estivesse acompanhando ele (e mesmo ela) no dia do casamento e do crime foi o processo criminal. Nele, os relatos de pessoas próximas aos dois, além de profissionais e convidados que estavam na festa, me possibilitaram saber questões como a casa que estava sendo pintada, quem ia dar carona para um ou outro convidado, como se deu a impressão dos convites. Sempre falo sobre como essa matéria especificamente me fez apurar tudo muito bem para que aquela liberdade de escrita pudesse acontecer. Ser “a alucinação” e “a realidade”, escrever como se estivesse tanto sobrevoando a vida do então casal quanto na própria cabeça dos dois, se deu a partir de um trabalho também bastante objetivo de coleta de informações.

Formatação — Como dito, a quantidade de material levantado sobre Nelson foi dividida em dois diferentes produtos: uma série para o *Caderno C* e mais um especial trazendo os relatos de vida. Todo esse conteúdo iria para a internet em um site construído especialmente para

o projeto. O jornal vivia tempos que mudariam radicalmente poucos anos depois, com redações sendo emagrecidas e, com elas, os investimentos em reportagens. Naquele momento, porém, foi possível negociar tanto o site quanto 28 páginas somente no caderno especial publicado uma semana após o início da série, que trazia Nelson no *Caderno C* (no total, foram 11 páginas, nos cinco dias da série). No site, havia uma produção de vídeos específica, além da inclusão de mais um relato, *A mulher que amou demais*, sobre a história do menino Iago, nascido com cinco meses, sua mãe, Rennata, e Marlos, seu pai. Queria trazer um relato sobre a vitória da alegria, algo que era importante para mim também — a apuração desse material, que incluiu muitas histórias violentas (várias não entraram na edição) tinha deixado um peso grande. E eu sabia que esse peso poderia, é claro, ser sentido por quem lesse aquele especial também.

Quando o calhamaço ficou pronto, lembro-me de que o diretor de redação, Ivanildo Sampaio, comentou ao folhear o caderno: “o especial está muito bom, mas você dificilmente vai ganhar algum prêmio com ele”. Na verdade, eu já ganhara: foi sem dúvida em *A vida é Nelson* que consegui, em uma grande redação, confrontar alguns paradigmas jornalísticos a respeito da impossibilidade da criação e da experimentação de formas de narrar. Foi ainda nesse especial que a perspectiva de pensar apuração/objetividade/subjetividade/ética/estética se mostrou em consonância e fluxo, não como feita de questões em separado. Era preciso aproveitar aquele momento de relativa liberdade para experimentar — e foi isso o que fiz. O projeto gráfico ficou por conta da designer e editora assistente de Artes, Karla Tenório, com quem eu trabalharia em diversas reportagens (em todas as analisadas neste livro, aliás). Até hoje gosto bastante das cores escolhidas por ela, assim como as fontes escolhidas e a disposição das histórias. Karla realizou um trabalho bonito e forte, muito gráfico, que conversou bem com as imagens realizadas por Hélia Sheppa e Heudes Régis. Um site especial foi construído para o projeto, como era comum nos especiais do *JC*. O designer Fábio Cabral realizou um trabalho bastante baseado no projeto gráfico, e, nele, além dos perfis do caderno, integrou também a série que fora publicada na semana anterior no *Caderno C*. Assim, conseguiu-se oferecer um produto novo, totalmente integrado, para leitoras e leitores.

Autocrítica — Rerer o especial *A vida é Nelson* quase dez anos depois de sua publicação nos dá a clareza na mudança (positiva) sobre modos de ver e falar do jornalismo. Como escrevi na primeira parte deste livro, as

discussões mais presentes no cotidiano digital ou “analógico” permearam também as redações, que viram questionadas suas formas de ver e dizer de maneira mais intensa. Apesar de todo reconhecimento a respeito de uma violência estruturada no gênero — uma violência abundante, sustentada e defendida socialmente — vejo referências a essa mesma questão às vezes de maneira muito atenuada nos textos. Isso pode ser exemplificado na matéria *Vestido de noiva*, quando escrevo, a partir de alguns adjetivos usados por Prazeres, “que nenhum amor partido jamais toque esta linda, doce, flor, essa menina”. O ato terrível de Rogério, de fato, foi durante muito tempo justificado no campo da Justiça e consequentemente na imprensa como algo relacionado a “amor”. A “passionalidade” e a “honra” que protegeram os homens durante todo esse tempo ao serem resgatados como argumentos para explicar seus crimes foram se tornando aberrações — ainda não totalmente superadas. Mas classificar aquilo como “amor”, mesmo partido, era uma forma de romantizar em algum grau aqueles assassinos. Não, não era amor, e fico feliz que hoje nós, mulheres e jornalistas, tenhamos essa clareza sobre algo que também compete sobre nossa vida e nossa morte.

ANÁLISE DA REPORTAGEM 2: AVE MARIA

Tema — Feminicídio.

Pauta — Dez perfis de mulheres com o nome da mãe de Jesus, todas assassinadas por homens próximos a elas, como maridos e namorados.

Análise/conceito — O feminicídio, como dito, não foi um tema escolhido por mim: ele se impôs. Jorrou através de notícias, relatos, memórias, quando apurava as histórias para compor o especial *A vida é Nelson*. Eu não poderia pensar em outra reportagem depois da exposição tão nítida da nossa exuberante violência contra mulheres. O tema, no entanto, era um tanto amplo. Estávamos, naquele momento (2013), ainda sendo apresentadas mais popularmente, no Brasil, à ideia de feminicídio, que especificava os crimes de ódio cometidos a partir da condição de gênero. Enquanto se acumulavam notícias de crimes violentos contra a mulher, na minha cabeça deslizavam lá e cá as imagens e discursos comumente associados a elas: delicadeza, fragilidade, amor, cuidado, carinho. Entre

eles e as mortes banalizadas de companheiras, mães, irmãs, namoradas, havia um largo contraste.

Pensei que esse oposto — amar o simbólico, ferir o humano — poderia servir como um importante guia. A partir dele, comecei a olhar com atenção para nossa relação com as Marias, as Nossas Senhoras, mulheres divinas, santas que são adoradas por milhões em um país tão marcadamente católico (e, importante, no qual estas Senhoras foram também absorvidas, não sem tensionamentos, não sem imposição, por religiões de matriz africana). Se louvamos a Conceição ou a Aparecida em seus altares, por qual razão as assassinamos cotidianamente, principalmente quando elas são pretas, são pobres? Foi para materializar esse vácuo que decidi buscar, para mostrar nossa convivência tácita com crimes de ódio, somente mulheres batizadas com o nome de santas, Marias. Os contrastes sempre podem ser bastante pedagógicos para uma sociedade como a nossa, tão competente em recalcar seus problemas.

Pré-apuração — Para saber se o conceito pararia de pé, ou seja, se a pauta se manteria a partir da ideia original, fui realizar uma pesquisa no site da Secretaria de Defesa Social (SDS), que divulgava naquele momento a lista mensal de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Colocava na busca os nomes das santas e ia coletando informações sobre cada mulher que aparecia com ele. Seriam inicialmente oito Marias: Maria de Lourdes, Maria da Conceição, Maria Aparecida, Maria do Carmo, Maria do Socorro, Maria de Fátima, Maria das Dores, Maria Madalena. Quando fui entrevistar a filha de Maria da Penha, porém, descobri que o crime vitimou, além de Penha, sua filha Maria José, que também teve sua história contada no especial. Durante a apuração, descobri que Maria Madalena era a única a não possuir o título de “Nossa Senhora” (ela, apesar de ter seguidores e representações em todo mundo, só foi canonizada em 2016 pelo Papa Francisco). Pesquisei outros nomes de santas também, como Maria das Graças: em todas as entradas, encontrava mulheres assassinadas de maneira violenta, mas não sabia quem eram os autores ou autoras dos crimes. Como forma de garantir a reportagem, passei a investir no critério da proximidade (além dos nomes das mulheres, era possível saber em que cidades os crimes aconteceram). Sabia que viagens mais longas não estavam sendo estimuladas na redação, pelo contrário. Além desse critério, havia outros como a indisposição das famílias para falar do crime e a não localização desses núcleos familiares. Assim, era preciso selecionar o dobro de nomes sobre os quais eu me debruçaria de fato.

Depois de descobrir na lista as Marias vítimas de violência²⁵, passei a entrar em contato com delegacias e comarcas dos municípios, de forma a obter mais informações sobre os casos e conferir se os crimes tinham sido realizados por pessoas próximas. Foi um trabalho demorado, pois diversas cidades não eram muito próximas e havia quase sempre uma estranheza de agentes públicos (policiais, delegados, promotores) a respeito da minha procura. A maioria dos crimes acontecera pelo menos dois anos antes das minhas buscas. Com os nomes e cidades nas mãos e dados pré-apurados, comecei também a fazer uma pesquisa de imagens: minha proposta era realizar um caderno especial que deveria ser publicado no mês de maio, dedicado justamente à mãe de Jesus.

Desenvolvimento — Estabeleci duas maneiras de seguir com a reportagem: primeiro, me dedicaria às famílias que poderiam ser visitadas sem necessidade de uma longa viagem. Primeiro, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes e Vitória de Santo Antão, próximas. Depois, iria até a cidade mais distante presente na pesquisa, Triunfo, no sertão pernambucano, e de lá, depois de apurar a história da Maria em questão, começaria o caminho de volta. Foi o que fiz: saindo do sertão, fui para Belo Jardim, Poção, Cortês, Angelim (no agreste) e, finalmente, Tamandaré, no litoral sul. Havia uma questão: eu não queria mostrar uma série de imagens de mulheres assassinadas, nem basear a matéria usando fotografias antigas das mesmas. Como cada uma era de certa forma também representada pela santa que a batizava, resolvi levar, nas entrevistas, imagens das Nossas Senhoras correspondentes. Essa opção se mostraria mais complexa do que eu imaginava — e exibiu para mim o redesenho social-político-religioso pelo qual o Brasil passava naquele momento, como falarei em breve.

Lembro-me bem da primeira cidade e Maria visitadas: fui a Camaragibe em busca de mais informações sobre Maria Aparecida dos Santos, assassinada pelo marido, Paulo Manoel dos Santos. Através do nome de ambos, havia conseguido ler parte do processo criminal no site do Tribunal de Justiça. Com esses dados, fui até o fórum da cidade e conseqüente ter acesso ao processo físico, completo. Maria Aparecida havia sido morta dois anos antes, a facadas. Lendo a lista de mulheres assassinadas nos dados da SDS, não havia dúvida: na maioria dos casos, elas morriam através do uso de armas “brancas” como facas e tesouras, tão domésticas e caseiras quanto seus companheiros. Os documentos continham

²⁵ A partir de 2020, a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco mudou a plataforma e também a forma de divulgação dos dados, passando a suprimir o nome das vítimas.

fotografias da moça caída no chão, usando uma blusa de listras brancas e lilases. O endereço dos familiares de Maria constava no processo, assim como um telefone. Voltei para a redação para continuar as buscas por mais informações, por telefone, em delegacias. Quando conseguia algum telefone relacionado a pessoas próximas da Maria assassinada, tentava algum contato para marcar uma conversa, entrevista. Também liguei para o celular de Maria Janete, a mãe de Maria Aparecida. Marcamos uma visita. Antes, fiz uma pequena pesquisa em lojas de artigos religiosos e comprei algumas santas referentes às Marias do especial. Quando fui até Camaragibe novamente, na casa de Aparecida, levei uma imagem de tamanho médio da mesma santa que a batizara. O encontro entre elas ficaria marcado na minha memória como um dos momentos mais fortes da minha vida profissional e pessoal.

Maria Janete estava em casa com as filhas e os filhos (duas meninas, um menino e uma adolescente) quando cheguei acompanhada da fotógrafa Hélia Scheppa. Era manhã de 6 de março de 2013. Expliquei novamente a matéria, disse que estava escrevendo sobre violência contra mulheres e havia escolhido aquelas com nomes da Nossa Senhora. Começamos a conversar sobre ela mesma, as crianças, escola, trabalho. Nesse bojo, o nome de Aparecida surgiu algumas vezes. Preferi entrar aos poucos na especificidade da filha assassinada. A casa era bastante simples e havia um terreiro grande, com uma árvore. Em diversos momentos, as crianças menores saíam interessadas nas imagens que Hélia fazia lá fora. Adotei com as pessoas com que trabalhei uma prática: deixar essas primeiras conversas com as fontes acontecerem de maneira mais íntima, inicialmente apenas com a minha presença. Entendo que falar sobre si e sobre dores da própria vida já é um desnudamento imenso frente a uma pessoa que você não conhece. Frente a duas, pode ser tão desastroso quanto opressor. É preciso, se houver chance, que se estabeleça uma relação de confiança com a repórter ou qualquer outra profissional que realizou o contato com aquela fonte. Isso, inclusive, foi um desafio para mim quando dirigi dois documentários (*Dia de pagamento* e *Joicy*): é a produção que entra em contato com entrevistadas/os, a direção chega para executar a conversa. Não consegui me acostumar com essa dinâmica; para mim, ter uma conversa inicial com as pessoas, sentir um pouco a temperatura é até hoje um caminho precioso e não terceirizável.

Quando as crianças saíam da sala eu aproveitava para fazer perguntas que estavam mais relacionadas às violências sofridas — quando elas

estavam presentes (Hélia inclusive, fotografando alguns momentos da conversa), eu abordava questões como escola, alimentação, cotidiano. Mas Rafaela, a filha adolescente, quase não saiu de perto da mãe: até hoje, vendo suas fotos, me impressiono com sua força e sua raiva. Naquela casa, era a que mais explicitamente não naturalizava, nem nunca havia naturalizado, os espancamentos sofridos pela meia-irmã. Havia outro componente desconcertante: o pai de Rafaela, Ednaldo, era irmão de Paulo Manoel, o companheiro e assassino de Maria Aparecida. Ele não estava em casa no início da entrevista, e sim trabalhando como jardineiro. Chegou depois e passou a acompanhar a conversa, o que tornou as respostas de Maria Janete mais sucintas. Percebi esse movimento. Em diversos momentos, quando Janete falava da relação entre Preta, como chamavam Aparecida, e o marido, era interrompida por Rafaela. Com raiva, ela repetia: “ele era ruim para ela”. Seu pai também repetia, tentando atenuar: “mas só quando ele bebia”.

Resolvi jogar alguma água fria no ambiente — temia que uma briga começasse ali — e perguntei a Janete em que lugares da casa podíamos fotografá-la. A imagem de Nossa Senhora Aparecida estava colocada em uma mesinha frente ao sofá da sala, no qual Janete estava sentada concedendo a entrevista. Durante vários momentos, ela olhava para a imagem e a tocava, carinhosamente, segurando o choro. Saimos dali com a pequena estátua e ela foi para o quarto. Nas paredes da casa, várias desenhos de coelhinhos, de Jesus e Maria. Na sala, havia um pequeno pôster com a palavra “mamãe”, trazendo o desenho de uma mulher loira e seu bebê igualmente branco e loiro. Hélia foi realizando o ensaio nestes ambientes. Em dado momento, Maria Janete, segurando a imagem, foi para a sala e Hélia foi fotografá-la a partir de fora da casa. Eu fiquei meio escondida atrás da porta para não atrapalhar. Hélia, lá fora, avisou que havia finalizado o trabalho, e Janete olhou para mim e foi devolvendo a santa. Eu lhe disse que era sua, que todas as Marias ficariam com as famílias. Foi aí que toda contenção de si que ela operou durante a entrevista, falando baixo, segurando o choro ou limpando as poucas lágrimas, acabou. Maria se agarrou à imagem da Nossa Senhora da cor de sua filha Preta e começou a embalá-la como quem cuida de uma criança. Fechou os olhos e permaneceu daquele jeito, como se apenas as duas estivessem ali. Eu paralisei. Não sabia se aquela liberação de dor era boa, se eu havia passado dos limites, se eu devia ficar ali, se tinha causado ainda mais sofrimento a Janete e a todas as pessoas da família. Hélia registrou aquele momento no qual ela

permaneceu sem falar, abraçando forte a imagem. Transformou o que é símbolo em real. Ali, de certa forma, ela sintetizava o que eu havia pensado sobre como nossa adoração e celebração dessas Santas Marias era inversamente proporcional à nossa relação — inclusive midiática — com Marias humanas. Esperei em silêncio, Hélia também.

Pouco tempo depois, Janete se recompôs e agradeceu, ficamos conversando um pouco no pátio da casa. Ednaldo, seu marido, havia deixado o local. Eu não voltaria a ver a mãe de Preta, nem as crianças. Quando fui escrever a matéria, baseei todo o texto naquele ato de embalar a imagem como quem embalava a menina, naquela mescla de santa e pessoa, naquela conversa na qual, para mim, ficaria muito evidente um certo reconhecimento, tardio, de que a família poderia ter ajudado Maria Aparecida mais efetivamente. Ao mesmo tempo, não era possível culpar, responsabilizar, pessoas que foram e são comumente tratadas aos empurrões: o cuidado e o carinho não são ações esperadas em especial por mulheres negras (principalmente empobrecidas), aquelas sempre entendidas como fortes o suficiente para aguentar o que vier. É extremamente importante que essa questão tenha passado a ser discutida por nós. Lembro-me como uma vez uma das minhas irmãs, Patrícia, estava fazendo um treinamento estético em mulheres que passavam por tratamento de câncer. Uma delas, os pés muito fissurados, teve uma crise de choro quando minha irmã começou a massageá-la. Disse-lhe que “aquilo” não era para ela, que nunca ninguém a tratara daquele jeito, que não dedicava tempo para cuidar de si, mas dos outros. Nunca esqueci. O amor e o carinho não são realidade para milhões de mulheres, principalmente mulheres negras — a quem amor e carinho são, por outro lado, constantemente cobrados.

Aquela primeira entrevista deu o tom do que viria depois: uma proclamação de Marias mortas não só por seus companheiros, mas por toda uma cultura de ódio às mulheres. Esta é uma frase forte que pode soar exagerada, mas que fica muito explícita quando percebemos o elo forte entre a banalização de agressões e assassinatos e a falta de vontade real, efetiva, do enquadramento de agressores e/ou assassinos na justiça. Quando fiz a reportagem, apenas um dos assassinos estava preso. O marido de Maria de Fátima — que a matou muito perto da casa de ambos, de toda a família dela — fugiu, mas rondava o local para tentar ver os filhos. Tinha a convivência da polícia, que fazia vista grossa. Pacto entre homens. Eu havia lido pouco tempo antes o livro 2666, de Roberto Bolaño (autor chileno que está entre meus preferidos), no qual ele relata uma série de

crimes em Santa Teresa, inspirada em Ciudad Juárez, no México. Ali, o assassinato em série de mulheres nos anos 1990 e 2000 trouxe o conceito de feminicídio para o debate mundial.

Formatação — Ao contrário das reportagens *A vida é Nelson* e *Casa-grande é senzala*, *Ave Maria* teve um processo mais simples de formatação: sua premissa era mais direta, a pauta tinha uma construção de certa forma menos imbricada que as anteriores. Mais que isso: era — e é — mais comum encontrar crimes contra mulheres, um triste e eloquente fato sobre nossa realidade que não pode ser entendido como normal, como destino. Eu também voltava, mais uma vez, ao modelo de reportagem a partir de perfis (como em *Os sertões*, *Nabuco em pretos e brancos*, *A vida é Nelson*). Acredito que essa seja uma forma de dar um rosto a questões coletivas, de falar sobre sociedade, história, justiça, reparação etc., tomando como fio histórias pessoais, mas evidenciando como todas elas são atravessadas por instituições e comportamentos que determinam fortemente como se vive, coletivamente, um tempo.

Durante o momento no qual eu apurava as informações, também pesquisei as histórias das santas que estariam presentes, incluindo representações e significados. Sempre prezei em participar do processo de construção gráfica da reportagem, fundamental para fazer comunicar o texto. A designer Karla Tenório, que, como dito, também realizou o projeto *A vida é Nelson* e o *Casa-grande é senzala*, passou a pesquisar elementos que conversassem com os signos importantes no especial: precisavam articular delicadeza e violência, a divindade e a banalização da vida de uma Maria. Os designers Vladimir Barros e Carolina Cani e a programadora Silvia Morais desenharam o site. Um auxílio luxuoso na edição foi dado pela socióloga Ana Paula Portella, cujos estudos sobre violência de gênero trazem luzes para pontos muitas vezes pouco observados: é dela um artigo, no site, que questiona como morre a outra metade das mulheres assassinadas no Brasil — não através da violência doméstica, mas de uma série de crimes nos quais é preciso observar o entrecruzamento de raça, classe e geografia.

Após o lançamento do caderno (fim de maio), realizei, no dia 6 de junho de 2013, um encontro do qual jamais me esquecerei: uma reunião com dezenas de mulheres de uma comunidade católica no bairro de Jardim São Paulo (especificamente, as comunidades de Planeta dos Macacos e São Bento). O padre Luciano Brito, que me ajudara a compreender melhor, dentro da teologia, a ciência da Mariologia (estudo da Nossa Senhora), me auxiliou ainda a levar a discussão para um espaço

que me era muito caro — a periferia da cidade, de onde também vim. Ele me relatou que diversas fiéis o procuravam, na Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para falar de violência doméstica, sofrida pelas próprias ou por amigas próximas. Ana Paula Portella esteve presente no encontro, além da então delegada, Marluce Ferreira. O objetivo era falar sobre o tema e os meios de proteção para elas. Nesse sentido, me marcou bastante quando uma senhora foi até o microfone instalado no altar e disse: “Vocês sabem que, quando a gente denuncia, volta para casa. E os maridos estão lá. E eles ficam ainda mais violentos. É simples falar que a gente tem que denunciar, ninguém sabe o que vai acontecer depois.” Aquele depoimento era extremamente relevante e mostrava o quanto os meios de proteção e punição ainda eram frágeis, mas como havia uma distância entre a vida vivida e as orientações socioinstitucionais. O caderno foi finalista do Prêmio Esso em 2013 — um ano depois, o especial *A história de mim*, outro no qual histórias “particulares” contadas através de fotografias falavam sobre o Brasil, também estaria na final da premiação.

Autocrítica — Mesmo já focando especificamente na questão do feminicídio, hoje percebo que o especial carrega algumas marcas do nosso patriarcalismo fundante, como a exposição das diferenças das idades entre marido e mulher ou mesmo a reprodução de falas machistas vindas da família e por mim repetidas em texto. Falarei sobre isso logo mais. Outra questão que hoje procuraria fazer diferente: as entrevistas que eram algumas vezes acompanhadas por filhas e filhos da mulher assassinada. Foi o caso da conversa com a família de Maria Madalena. Micael, um menino precioso, ficou curiosíssimo com nossa presença — e a de uma câmera fotográfica — na casa da sua avó. Eu não escreveria, hoje, que ele estava “encantado” conosco. Agora isso me soa bastante colonial. Tínhamos relativamente pouco tempo em Angelim, mas, ainda assim, eu deveria ter investido no truque de me afastar para conversar com a família enquanto Hélia ficava em outro local, atraindo a atenção da criança. Mas, com ambas na maior parte do tempo na sala da casa, Micael permaneceu ali. Com Maria Janete, conselheira, precariamente, conversar sobre “amenidades” relacionadas a Maria Aparecida nos momentos em que ficamos sozinhas. Com Micael, não. Ele deveria ter sido mais protegido por nós, jornalistas.

Sobre o machismo, um outro problema que vejo agora no texto diz respeito a algumas das declarações da mãe de Maria Madalena que não tiveram um contraponto meu. Exemplo: “A gente dava conselho, mas ela não queria”. A frase, solta, culpabiliza Madalena pela própria morte. Sua

mãe não estava livre de uma perspectiva machista que nos molda desde sempre — assim, seria importante, ali, fazer um pequeno aceno a essa questão, tirando de Madalena o peso absurdo de ser responsabilizada por seu assassinato. Outro ponto: ter escrito “13 anos mais novo”. Sim, Rato, seu companheiro e assassino, era. Mas apenas colocar as idades de ambos, como acontecia com todos os personagens, era suficiente. A diferença de idade, no caso das mulheres, carrega uma série de julgamentos. Já os homens são congratulados quando, mesmo bem mais velhos, são vistos com mulheres mais jovens.

ANÁLISE DA REPORTAGEM 3: CASA-GRANDE & SENZALA

Tema — Os 80 anos do lançamento do livro *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, comemorados em 2013.

Pauta — O cotidiano de adolescentes e jovens exploradas sexualmente ou estupro nas ruas recifenses, inclusive por policiais militares.

Análise crítica/conceito — O livro, um dos mais importantes da modernidade brasileira, trazia uma questão forte mas pouco discutida para além dos ambientes acadêmicos: as relações de poder e dominação mantidas ali também a partir do sexo, do estupro, da subjugação. Na obra, que ineditamente mostra uma análise de nossa mescla enquanto povo através de um contato caseiro entre senhores/as e escravizados/as e enxerga na cultura um local mais rico para estudar nossas relações sociais, várias passagens dão conta de uma interação sexual supostamente consensual entre mulheres negras e homens. Esse aspecto, como dito, não era novo, mas surgia eclipsado por diversas outras questões preferencialmente sublimadas — como o próprio ineditismo da análise freyreana, o que conferia unicamente festejos ao autor. Nunca esqueci quando, na casa de uma grande amiga, entre um grupo de jornalistas, eu sugeri que *Casa-grande & senzala* merecia ser olhado para além de outras perspectivas que não partissem sempre de sua “genialidade”. Era algo que para mim sempre entronizava e engessava a obra no debate público, impedindo-a assim de ser observada a partir de outros pressupostos. Um editor de arte ali presente ficou escandalizado quando falei aquilo. “Mas *Casa-grande* é um clássico, o cara era um gênio!”. É sempre interessante observar como temos dificuldade em entender que um autor ou uma

autora, um pensamento ou uma obra, podem ser valiosos e, ao mesmo tempo, atravessados por críticas que atualizam e fazem reverberar suas percepções.

Anos depois, quando iniciei a pré-apuração da pauta, esse cenário — mais favorável aos homens, percebiam — estava começando a mudar. Eu continuava me perguntando: como seria possível analisar *Casa-grande & senzala* em uma perspectiva contemporânea e aplicada ao Brasil das ruas, o Brasil no qual são as mulheres negras aquelas mais vistas em empregos muitas vezes estigmatizados, como o serviço doméstico? No qual as mulheres negras estão mais expostas à exploração sexual que foi durante tanto tempo romantizada em figuras como a morena sensual, a mulata seminua? Um trecho do livro era bastante revelador: “branca para casar, mulata pra fuder, preta para trabalhar”. Estávamos mesmo tão longe dessa perspectiva observada apenas oito décadas antes da produção daquela reportagem? Em um país que já refutava mitos como a democracia racial e uma miscigenação romântica, como pensar sobre a permanência das relações de dominação através do sexo e do estupro? A proposta não era demolir um autor para pensar a sociabilidade brasileira, mas antes trazer à tona, no quente do dia a dia, os meandros daquele pensamento — e que país, a partir de um recorte micro, seria revelado.

Pré-apuração — a partir desses questionamentos, iniciei uma nova leitura do livro e também busquei trabalhos acadêmicos variados que trouxessem análises sobre *Casa-grande & senzala*. Em um primeiro momento, ainda prospectando um lugar para observação e desenvolvimento da pauta, pensei em frequentar um prostíbulo e, ali, narrar as relações entre homens e mulheres a partir da realidade social de cada uma e cada um, mediadas pelo sexo pago. Cheguei a viajar para Arcoverde, no sertão pernambucano, onde durante dois dias conversei com mulheres que trabalhavam em um antigo prostíbulo da cidade. Mas a abordagem, como eu desconfiava, não era sustentável. Eu não me sentia totalmente confortável em realizar a observação pois temia chamar atenção e ser reiteradamente acessada: como eu diria a um homem que se aproximasse de mim, uma vez inserida no prostíbulo, que eu estava ali somente analisando suas práticas? Aquilo poderia ser perigoso não só para mim, mas para a dona do estabelecimento — com quem tive uma das conversas mais inesquecíveis de toda minha carreira como jornalista²⁶.

²⁶ Em abril de 2013, a Câmara de Vereadores de Arcoverde aprovou a concessão da Medalha de Honra ao Mérito Cláudio Arcoverde, a mais alta comenda entregue pelo legislativo, para Nivalda de Siqueira, conhecida

Os tempos também haviam mudado: o movimento no local acontecia principalmente durante o dia, e aos sábados (quando havia feira na cidade); os locais de prostituição eram outros — havia inclusive uma presença forte de mulheres oferecendo serviços sexuais nos magazines e/ou pequenos shoppings da região. Eu precisaria ficar mais tempo na cidade, não poderia ser acompanhada por fotógrafo ou fotógrafa a princípio, e a distância de quatro horas entre a cidade sertaneja e Recife seria um complicador, já que eu não estava certa se haveria disponibilidade de carro e equipe para diversas idas até ali. Resolvi focar no meu entorno. A exploração sexual de menores era algo que estava no meu radar e, por isso, entrei em contato com a assessoria de imprensa da então Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA). Expliquei que estava pesquisando sobre exploração sexual e pedi acesso aos documentos de apreensão de menores. Marquei também uma conversa com o coordenador, Zanelli Alencar, que me ajudou bastante naquele momento. Eu ainda não tinha clareza da pauta, mas sabia que ali havia um caminho. Zanelli falou de maneira geral sobre o perfil das crianças e adolescentes que chegavam ali e me ofereceu uma fotografia da verdadeira desgraça do lá fora: intensa exploração sexual de meninas e meninos, com divisoões de gêneros de várias ordens. Uma coisa me chamou atenção: uma procura específica por jovens transexuais e travestis, o que fazia com que meninos heterossexuais, gays, cisgêneros, passassem a usar adornos como brincos e batom para atrair possíveis clientes. Solicitei olhar os

popularmente como Nena Cajuina. Nena trabalhou como prostituta durante décadas e foi dona de um dos prostíbulos mais longevos da cidade. No momento em que fui entrevistá-la, não conhecia essa decisão, que provocou muita polêmica na cidade e terminou ganhando a mídia nacional. Programas de “humor” como o CQC a procuraram e uma série de preconceitos e distorções foram espraçadas nacionalmente. Um dos filhos de Nena, pastor evangélico, pediu que a mãe não desse entrevistas — segundo ela, na tentativa de protegê-la dos ataques públicos. Em agosto, desavisada, tentei falar com Nena para saber se eu poderia realizar uma série de entrevistas no espaço, que funcionava mais como um bar, durante o dia (mas mantinha alguns pequenos quartos e mulheres trabalhando lá dentro). Por duas vezes, ela saiu da casa às escondidas para não falar comigo. Era outra pessoa com horror a jornalistas — e entendo completamente seu comportamento após ver-se transformada em piada e alvo de tanto preconceito. No dia em que estávamos voltando para Recife, vencidos, eu e o motorista Reginaldo Araújo decidimos passar lá mais uma vez, sem avisar. Quando entrei, Nena estava na cozinha, com uma faca-peixeira nas mãos, cortando bifês. Quando me viu, fez uma cara de cansaço. Eu disse que estava indo embora e que não iria mais fazer a matéria no local. Ela apenas me olhava. Senti então um cheiro muito familiar: o de cominho, um tempero muito usado no Nordeste e comum na minha infância. Vi que Nena preparava comida como Cícera, companheira do meu pai, José, e outra mãe para mim: lá passando os bifês em um prato com um pouco de condimento, além de colorau e vinagre. Fazia muitos anos que não via aquilo, nem sentia aquele cheiro. Na hora, comentei: “Eu cresci vendo minha madrastra fazendo isso. Hoje em dia ninguém coloca cominho na carne, nem no feijão”. Nena parou, olhou para mim e disse: “Quer almoçar comigo? Ai você come.” Eu aceitei. Passei quase três horas na cozinha, conversando com ela. Para resumir, ela me contou boa parte de sua história, e eu não gravei nada, nem anotei. Não me arrependo: não era para uma jornalista que ela falava, mas sim para uma mulher que gostava de bife com cominho. Exatamente como ela.

documentos e relatórios com as apreensões de menores que chegavam ali. Voltei em outra oportunidade, já com a autorização, e tive acesso aos materiais nos quais era possível saber — através do relato da polícia — em que condições as crianças e adolescentes chegavam. Uma série de fotos também estava anexada aos documentos. Uma delas me chocou: era uma menina muito emagrecida e que estivera ali diversas vezes de acordo com os documentos. Bianca. Não recordei se Zanelli já havia falado sobre ela antes (a respeito do seu estado muito frágil na última vez que estivera ali) ou se eu o procurei após ver a foto. Mas, apesar de lidar com dezenas e dezenas de adolescentes e crianças por conta do cargo, ele se lembrava da menina com nitidez.

Bianca tinha 13 anos e pesava cerca de 24 quilos na ocasião de sua última passagem na GPCA. O coordenador, ao vê-la, entrou em contato com a família e conversou sobre a possibilidade de levá-la para uma casa de recuperação longe de Recife, em Garanhuns, cidade do agreste a cerca de três horas do Recife. A mãe não se opôs, e Zanelli facilitou a ida da menina para o local. Tenho impressão que, se eu fosse cavar mais este episódio específico, poderia haver alguma quebra de protocolo no ato do coordenador. Mas, principalmente após acompanhar o cotidiano das amigas de Bianca, após saber que um policial colocara uma arma na cabeça da menina, achei importante deixar à luz apenas o ato que, no final, também salvou momentaneamente a garota.

De posse do endereço de Bianca e das informações presentes nos relatórios (que citavam várias outras pessoas, como Carol, Andreza, Gerlane, Sthepanie, Emerson, Ruan, Rebeca e Patrícia), fui no outro dia até um bairro da zona norte, o Arruda. Parícia, eu soube ali, era irmã de Bianca. Lá, em um conjunto habitacional popular construído pela prefeitura, vivia a mãe das irmãs, Silvana. Subi até o apartamento (era no segundo ou terceiro andar, não lembro bem) e bati à porta. Não sei se já a encontrei ali ou se alguém atendeu e disse que ela não estava e eu resolvi esperá-la. Mas recordei que encontrei Silvana e fomos conversar bem na frente do edifício, sentadas em um meio-fio e protegidas do sol por uma árvore baixinha. Ela me contou que o pai das meninas estava preso, assim como dois filhos do casal. Um dos rapazes era menor de idade (tecnicamente, estava apreendido). O marido foi preso acusado de molestar uma criança de quatro anos de idade — não fora ainda julgado. Tinha a impressão de que logo ela se desmancharia. Parecia muito frágil. Trabalhava vendendo algodão-doce. Essa informação ficou o tempo todo na minha cabeça:

aquela casa de pessoas tão marcadas pela violência, como eu saberia depois, mantida por uma mulher que vendia algodão-doce. Era a justaposição mais desconcertante do mundo. Talvez, isso me vem agora, eu tenha construído a imagem frágil dela quase em consonância com a condição do alimento meio nuvem que ela vendia.

Silvana confirmou que Bianca estava internada e que Patrícia, que eu também procurava, não morava mais ali. Dividia uma casa com uma colega. Falou que tentou trazer a filha para casa, mas não teve sucesso. Eu queria encontrar as meninas e pedi mais informações a ela. Não tinha ainda a total clareza do que seria a pauta, mas sabia que ali havia elementos que se conectavam com minhas questões a respeito de sexo, estupro, poder. Dali, fui até a Mangabeira, a menos de dez minutos. Não lembro se pedi para o carro do jornal ficar mais longe ou se o dispensei naquela primeira vez no bairro que eu passaria meses visitando. Comecei a subir uma escadaria estreita, parecida com aquelas existentes no bairro em que cresci, muito perto dali, o Alto José Bonifácio. Ia perguntando por Patrícia, e ninguém sabia dizer, até que uma pessoa falou que ela poderia estar com Carol e que Carol “morava lá em cima”. Segui as indicações e fui subindo. Em dado momento, olhando para a parte mais alta da escadaria, vi dois jovens me observando. Continuei a subir, mas comecei a calcular o que faria se eles me abordassem — eu era uma desconhecida em uma área repleta de conflitos com a polícia. Quando olhei novamente, os dois não estavam lá e me preparei para encontrá-los — deviam estar vindo ao meu encontro. Em pouco tempo, cheguei perto de um poste de energia elétrica, e os dois estavam ali, encostados. Me antecipei e falei primeiro com eles. “Oi, tudo bem? Vocês sabem onde é a casa de Carol ou onde está Patrícia?” “A senhora é da prefeitura? Assistente social?” Eu preferi responder que estava fazendo um trabalho sobre elas e que tinha vindo da casa da mãe de Patrícia. Fui dando informações para que eles considerassem que eu conhecia a família. Fiz outra pergunta: “vocês conhecem Bianca?”. Ambos responderam que sim. Então saquei o celular da bolsa — o celular que minutos antes, sentindo ser observada, temi ser furtado — e comecei a mostrar fotos da jovem, imagens que eu fiz ainda na GPCA, porém em sua versão saudável, em tratamento. Eram imagens que Zanelli havia compartilhado comigo, pois acompanhava de perto o caso. Um dos jovens, Thiago, ficou feliz em vê-la. “Nossa, como ela está diferente! Bianca tá bem, olha”, falou para o amigo. Aquilo me acalmou. Ficamos olhando as imagens e de repente ele disse: “Ei, tia, arruma uma internação dessa pra mim, eu quero me cuidar”. Aquilo me desconcertou,

e me senti mal por ter achado que eles poderiam me roubar. Depois, eu sabia que Thiago era justamente o namorado de Stephanie, uma das jovens que acompanhiei. Ela o adorava — e ele às vezes batia nela, como relato na reportagem. Desci as escadarias e, depois das indicações deles, achei a casa de Carol. Ela não estava. Fui para o começo da escadaria, sentei na calçada e observei um pouco a dinâmica do local. Algumas das adolescentes souberam que eu procurava Patrícia e Carol e chegaram perto — era uma forma de saber melhor quem eu era e o que queria. As duas apareceram depois e formou-se um grupo de cinco jovens. Como chamávamos atenção, convidei todas até uma lanchonete mais distante dali, onde pudéssemos conversar. Me concentrei em ouvi-las falar do cotidiano ali. O tom, por parte delas, era de brincadeira: as violências sofridas eram percebidas não exatamente como naturais, mas fazendo parte do jogo do dia a dia. Aceitáveis. Tomamos refrigerante, comemos sanduíches. Falei que queria acompanhar um pouco o cotidiano delas, que estava escrevendo uma matéria sobre jovens e exploração sexual. Duas disseram que não queriam aparecer no jornal porque os pais não sabiam que elas estavam nas ruas. Ambas, uma com 15 anos e outra com 14, recebiam entre cinco e 15 reais a depender do ato sexual praticado. Patrícia, Carol e Stephanie toparam que eu as acompanhasse, mas sempre me alertando: “não tem nada demais isso não, tia.” “Isso” se referia aos estupro, surras e diversos outros crimes cometidos por homens, inclusive os fardados. Entendi que ali estava uma tradução contemporânea do subjugamento de meninas e jovens visto em *Casa-grande & senzala*. No livro e hoje, continuavam sendo entendidas como culpadas pela violência sofrida: “O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com sua docilidade de escrava, abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhó moço”, escreveu Freyre na obra.

Desenvolvimento da pauta — Passei quase três meses entre o início da apuração e a finalização da reportagem. Decidi que iria acompanhar as três jovens e ainda tentaria falar com Bianca, internada em Garanhuns (o que aconteceu depois de várias entrevistas com Patrícia, Carol e Stephanie). Intercalei esse período com a leitura do livro e de material acadêmico sobre Freyre e sua obra, além de contatos com órgãos governamentais voltados a adolescentes e jovens dependentes e/ou em situação de rua. Como a primeira interação com o grupo foi, naturalmente, bastante confusa — as meninas estavam eufóricas e falavam umas sobre as outras — eu não sabia muito bem como iria proceder para dar

seguimento à pauta e se a minha abordagem e recorte faziam sentido. Assim, decidi inicialmente entrevistar cada uma delas por vez e mais de uma vez, além de conversar em grupo e frequentar o bairro.

Naquele dia, no entanto, fui até a casa de Carol, construída quase colada a uma encosta. Era um quadrado de tijolos aparentes, com uma cama de solteiro em um canto. Não havia fogão, geladeira. Não havia, o que me chamou mais atenção, banheiro. Fiz algumas fotos. Carol falou sobre como poucos dias antes a polícia levava seu namorado, Alex, dali. A porta estava arrombada justamente por conta disso: os policiais chegaram e já meteram o pé. O rapaz foi preso por porte ilegal de arma e posse de 15 gramas de crack. Desde então, Carol queria ir visitá-lo no presídio, mas, sem carteira de identidade, não podia entrar. Ela viu então em mim a possibilidade de recuperar o documento: para isso, precisava ir até um Juizado da Infância e Adolescência próximo ao centro da cidade. Perguntou se eu poderia levá-la, e eu disse que sim. Marcamos no outro dia e seguimos eu, ela e seu irmão Fábio, um rapaz igualmente inteligente como Carol. No caminho, tive oportunidade de conversar com ambos sobre a família.

Foi devastador ouvir Carol falar da mãe, Mazoneide, que ela acompanhou desde muito pequena nos sinais de trânsito, pedindo esmolas. Contou sobre quando a mãe foi assassinada pelo padraсто a facadas: Carol tinha 12 anos, estava dormindo e ouviu tudo. Presenciou a mãe agonizando. Mais tarde, longe do irmão, ela me contaria que, nos sinais, quando ela tinha apenas dez anos, vários homens já a assediavam sexualmente e a estupravam, pagando a ela alguns trocados por isso. Também me disse que não lembrava de nada de bom da mãe (e penso no sofrimento dessa mulher cuja vida seria reproduzida na vida da filha) e pouco recordava do pai, que morreu por problemas decorrentes do álcool. Era muito roída a vida de Carol, muito. Não é possível não pensar, anos depois, no fato de duas das pessoas mais sofridas e violentadas que entrevistei serem mulheres negras: tanto Carol quanto Severina (presente no especial *A vida é Nelson*).

No juizado, obtivemos cópias das certidões. Combinei com Carol um outro encontro, apenas entre nós duas, para que eu pudesse entrevistá-la com calma, inclusive gravando a conversa (que eu perdi junto a todo arquivado de um celular extraviado). Fomos ao Parque da Jaqueira, na zona norte. O fotógrafo Ricardo Labastier nos acompanhou, mas se manteve mais distante durante o encontro, se aproximando apenas em um ou outro momento da conversa.

Quero falar sobre a produção de imagens do especial. Elas eram um ponto de grande importância para mim — nunca consegui me enxergar como uma “repórter de texto”, como algumas pessoas se autodefiniam. O resultado de uma reportagem é o seu todo, e era no significado total final que eu pensava durante todo o processo. Eu não queria que a série trouxesse as usuais fotos de pessoas nas ruas usando crack, com tarjas pretas nos rostos para impedir a identificação. Entendia que estas imagens foram também naturalizadas pela repetição, e que de certa forma elas reafirmavam a banalidade com a qual víamos meninas, principalmente negras, se drogando e sendo exploradas sexualmente nas ruas da cidade. Ao mesmo tempo, não podia deixar de registrar algumas imagens feitas ali mesmo, no Matagal, pois sabia que poderiam ser cobradas nas chamadas de primeira página tanto no impresso quanto no online. Havia também a possibilidade de nós provarmos que as meninas eram exploradas sexualmente ali, já que, ao longo das conversas, fiquei sabendo da presença constante da polícia naquele Matagal.

Carol foi fotografada no encontro no Parque da Jaqueira. Estava com uma blusa muito decotada e seus seios mais inchados por causa da gravidez. Temi que a imagem com seus seios com algum destaque terminasse colaborando com a sua sexualização para o olhar alheio — e como não mostrávamos exatamente seu rosto, o foco em seu colo era ainda maior. Aquilo me incomodava um pouco, admito. Esse é um tema delicado ainda pouco debatido entre nós, jornalistas: o que é absolutamente comum e rotineiro na vida das pessoas que acompanhamos em uma reportagem (como a blusa decotada de que Carol gostava) ganha novos sentidos uma vez especificado como pauta (lembrando Henn, a pauta virando signo) e sendo publicizado em um jornal. Mostrar Carol com algo que poderia facilmente ser lido como “sensual” contribuiria de que maneira em uma reportagem na qual eu falava sobre estupro? São questões que devem ser pesadas — por isso acho que a negociação entre jornalista e personagem sobre as formas de representação da última precisa existir e ser mais debatida. Uma colega fotógrafa me contou que estava registrando adolescentes mantidas em uma instituição, garotas apreendidas por conta de pequenos e médios delitos. Enquanto tentava fotografar elementos específicos nas jovens — as unhas pintadas, uma tatuagem, um colar — e buscando realizar retratos menos posados, uma delas começou a usar as mãos como se fossem armas de fogo, além de performar rosto ameaçador. Era como nas muitas imagens de rappers, algo difundido entre diversos

grupos e um marcador de modo de ser. A fotografia ficou constrangida, sem demonstrar, e seguiu fotografando. Mas sabia que aquela imagem, entre o público, poderia ser lida justamente como uma demonstração da periculosidade da jovem — ou como uma construção própria e acrífica da fotografada. O que fazer? Se afastando de moralismos e afins, como pensar sobre nossa responsabilidade de contribuir — ou não — para leituras públicas de pessoas e grupos já estigmatizados? É um debate que me interessa muito e que quero me aprofundar mais em breve.

Decidi agir duplamente: conversando com o fotógrafo Ricardo Labastier, concordamos em registrar um pouco do Matagal à noite, especificamente nas longas horas que passamos observando, escondidos, o local. Ficamos em um lugar estratégico, um prédio no qual funcionava um clube (Sesc Casa Amarela), depois de pedirmos permissão. A ideia era flagrar policiais abordando as meninas para práticas sexuais — naquele dia, no entanto, registramos apenas movimentos de civis, sempre de longe. Simultaneamente, fizemos um ensaio em um lugar carregado de simbolismos, o Engenho Massangana, onde viveu Joaquim Nabuco, um dos nomes-chave na luta abolicionista. Anos antes, eu havia feito uma reportagem (*Quase brancos, quase negros*, lançada no livro *Nabuco em pretos e brancos*) e visitei o local algumas vezes. Uma informação me impressionou: não se sabia o lugar onde a senzala do engenho havia funcionado, apesar das dezenas de pesquisas feitas ali. Era o apagamento mais literal sobre a história da escravidão que eu tinha encontrado.

Combinei com as jovens uma pequena viagem de ida até o engenho, a cerca de 40 minutos de Recife. Separei uma série de roupas, todas brancas, algumas minhas. A cor me interessava porque havia ali uma espécie de contraste entre como aquelas jovens eram vistas — as “noíadas”, as perigosas, o “refúgio” — e os significados sociais do branco. Uma vez no local, no entanto, entendi que a cor podia se associar também a uma vestimenta de mulheres escravizadas que nos acostumamos a ver nas novelas e filmes, e isso não era algo de que eu gostaria. Mas, como o propósito primeiro era “quebrar” as comuns representações de mulheres e meninas com roupas minúsculas, fui em frente. Também estava motivada por outra questão: semanas antes, tinha fotografado Carol com meu celular, no processo de apuração. Ela estava muito suja — conto o episódio na própria reportagem. As imagens não seriam divulgadas no jornal, mas me ajudariam a escrever depois que saísse dali. Enquanto eu fotografava, Carol perguntou: “tu quer me mostrar suja, né, tia?” Ela

tinha plena consciência do que interessava à imprensa e em como sua condição muito vulnerável poderia ser ainda mais interessante para o olhar espetacularizado do jornalismo. Mostrá-las sem as mordidas da desumanização diária passou então a ser algo ainda mais importante para mim: eu não estava “criando” uma situação, uma vez que todas elas também buscavam recorrentemente alguns cuidados sobre si, principalmente Stephanie. Encontrei Carol tanto naquela condição — a roupa suja, o cabelo desganhado — quanto limpa e perfumada, principalmente quando íamos a algum lugar para as entrevistas ou no Juizado. No dia do ensaio, sentei com todas e pedi que vissem as roupas e perguntei o que achavam. Em um primeiro momento, Patrícia riu muito: eram todos vestidos, e elas estavam acostumadas aos shortinhos jeans. Começaram a brincar entre si, dizendo que as roupas eram engraçadas, de “gente velha” (confesso que me diverti naquele processo também, era interessantíssimo ver como, de certa maneira, elas me viam). Stephanie, que dividia comigo alguns gostos — ela hora ou outra elogiava alguma coisa que eu estava usando, fosse um brinco ou um anel — escolheu um vestido bem curto e disse que havia gostado muito dele.

A aprovação da amiga a uma das roupas mudou a relação de Carol e Patrícia com os trajes que eu levava. Logo, Carol escolheu um vestido de duas peças, com uma pequena blusa de renda falsa por cima. Eu disse que ela estava bonita, as amigas também. Levamos uma canga colorida que serviu para fotografar Stephanie sem que seu rosto aparecesse — era a única menor de idade ali. A canga também foi usada como turbante em Carol, que cobriu parcialmente seu rosto para deixá-lo menos legível. Patrícia e Carol podiam aparecer, legalmente falando, mas decidimos fotografá-las de longe ou de costas, de forma a preservar seus rostos. O ensaio se afastava do fotojornalismo diário e se aproximava mais de algo que Labastier fazia bem, imagens mais elaboradas, criadas — em uma palavra, artísticas. Fizemos poucas imagens das meninas nas ruas, como forma tanto de mostrar o lugar degradado no qual elas permaneciam quanto de atestar nosso acompanhamento. Era uma maneira de assegurar também que não deixamos de contemplar as imagens mais “clássicas” ao jornal, mas com a diferença de não usarmos tarjas e de investirmos em enquadramentos mais distanciados.

Fui questionada algumas vezes, ao longo dos últimos anos, quando falei e mostrei esse ensaio, que foi utilizado em toda série e nas chamadas de capa. Lembro-me de que em um encontro organizado pelo site

jornalístico *Repórter Brasil*, em 2014, uma pessoa disse que as fotos “não representavam a realidade das meninas”. Respondi que “à realidade” delas não consistia apenas na vida nas pontes, disponíveis para a exploração sexual. Com o tempo, fui elaborando melhor essa questão, refletindo sobre como nós jornalistas muitas vezes impomos “uma realidade” única sobre personagens justamente porque é aquele recorte específico o que vai distinguir aquela pessoa das demais — nesse sentido, de certa maneira, o “valor jornalístico” das meninas estaria mais ancorado no momento em que elas estivessem vulneráveis, nas ruas, do que usando trajes que se distanciavam daquela vida e local. Uma outra questão ficou mais clara após minha participação em um festival de documentários em Cachoeira, na Bahia, quando levei um filme que dirigi no fim de 2014, chamado *Dia de pagamento*. No filme, mostro a minha interferência no que as pessoas — moradores e moradores de Rio da Barra, povoado no Sertão de Pernambuco — falam, como se comportam. É uma estratégia parecida com aquela que eu e o fotógrafo Alexandre Severo usamos nas imagens da reportagem *Os sertões*, nas quais viamos a estrutura de “estúdio móvel” nas fotografias. Sobre o documentário, foi apontada a “artificialidade” das falas das pessoas — como se aquele gênero estivesse voltado apenas para uma pureza, uma verdade, um ligar a câmera e deixar tudo acontecer “naturalmente” (pois é, a premissa positivista da realidade não é compartilhada apenas por jornalistas). Comentei sobre essa questão com a documentarista Alice Riff, várias vezes mais experiente que eu. Ela também participava do festival. Falei que havia ouvido comentários semelhantes sobre ficcionalização/verdade no caso das fotos da reportagem *Casa-grande é senzala*. Alice fez um comentário que já mais esqueci: lembrou os diversos documentários que levavam entrevistas para estúdios, lugares controlados, com boa acústica e usando o clássico modelo *talking head*, com a câmera enquadrando entrevistados do busto à cabeça. “Tirar as pessoas de seus contextos e entrevistá-las em um estúdio é mais ‘verdade’ por quê?”, disse ela. Pensei nas diversas vezes que levamos artistas para serem fotografados na praia, nas ruas, no meio de feiras, mesmo quando aqueles cenários não se relacionavam especificamente com suas obras — eram antes de tudo mais interessantes ou mais bonitos. As meninas e jovens exploradas sexualmente precisavam pagar mais que os outros pela “verdade” que queríamos mostrar? O que significa exatamente nosso olhar diferenciado para o “ficcional” no caso das imagens de artistas e no caso delas?

Assim como aconteceu com Carol, também entrevistei Stephanie no Parque da Jaqueira — apenas nós duas, sem fotos. Do trio, ela era a que tinha uma maior proteção familiar, também uma relação mais distanciada com o crack: sabia que a droga podia mexer bastante com seu corpo saudável, que era muitas vezes tratado como um troféu, um elemento de forte distinção entre ela e as colegas. Com Patrícia, a conversa era mais difícil: ela ficava claramente incomodada em falar mais sério, sobre a família, sobre si. Na reportagem eu conto como em nossa primeira conversa a sós, ela chorou. Eu havia visitado Bianca, sua irmã, três dias antes na Fazenda Esperança. Esse episódio também está descrito na reportagem. Nos momentos finais da investigação, fui acompanhada por um pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Yuri Borges, que escrevia então a dissertação *Jornalismo e narrativas transmídias — a reportagem no contexto da convergência*. Seu ótimo trabalho trouxe informações que me ajudaram a “rememorar” os caminhos seguidos nessa série.

Quando finalizei as entrevistas com as meninas, passei a visitar o lugar onde elas viviam com a intenção de acompanhar um pouco mais o cotidiano do bairro, que estava quase circunscrito à escadaria estreita que dava acesso à casa de Carol, o calçadão onde tantas vezes nos sentávamos, o Matagal e o pontilhão. Também colhi relatos das pessoas que viviam ali, especialmente no dia em que eu estava subindo as escadarias e dois policiais passaram gritando e correndo, cada um com uma arma na mão. A minha cara de assustada contrastava com a reação de quem morava ali e via aquilo como mais um episódio comum no local. Eram muitos os relatos de violência em relação à PM, mesmo entre pessoas que não eram próximas às meninas.

Com a escrita da reportagem iniciada, entrei em contato com a assessoria de imprensa da Secretaria de Defesa Social (SDS) e solicitei uma hora para entrevistar o então secretário, Wilson Damázio, à frente da pasta entre 2010 e 2013. Me pediram para informar a natureza da entrevista — eu, ligada a uma editoria de cultura, repórter que cobria assuntos como teatro e moda, não era uma presença comum naquela seara. Informe-me que se tratava de uma reportagem sobre adolescentes e jovens usuárias de crack que vinham sofrendo abordagens policiais violentas e havia também relatos de estupros. A conversa foi marcada para a semana seguinte e continuei na escrita. Para minha surpresa, dois ou três dias depois, ao chegar na redação, fui chamada pelo então editor-geral, Ivanildo Sampaio. Na sua sala, ele me perguntou que reportagem eu estava fazendo naquele

momento. Informe-me que era sobre os 80 anos de *Casa-grande & senzala*, tema que me foi passado pelo então editor-adjunto, Laurindo Ferreira, e que estava nos últimos dias de apuração. Foi quando Ivanildo falou que o secretário ou alguém da sua assessoria — não lembro exatamente se um ou outro — havia entrado em contato para dizer que eu tinha marcado entrevista e iria falar sobre denúncias de estupros. Ele me indagou como um especial sobre um livro de Freyre podia estar tocando em algo daquela natureza, se isso tinha relação com a pauta, e expliquei que estávamos trabalhando o tema tanto no caderno *Cidades*, para onde iria aquela reportagem que eu fazia naquele momento, quanto no *Caderno C*, no qual seriam abordados aspectos como a gastronomia, a sociologia etc. Repito: é sempre importante prever chuvas futuras e se proteger quando propomos abordagens não muito convencionais nos veículos com os quais estamos contribuindo. Eu sabia que, se estivesse abordando o aniversário do livro “apenas” pelo recorte das questões de gênero, raça e classe, trazendo a discussão para uma editoria não assimilada como “cultural”, poderia esticar a corda demais e gerar prejuízos à própria pauta. Era compreensível, esperado, que o jornal quisesse ver os 80 anos de *Casa-grande & senzala* na editoria de cultura. Ao mesmo tempo, como eu já havia produzido um especial de pegada fortemente sociológica em 2009 — *Os sertões*, no centenário da morte de Euclides da Cunha — não era exatamente uma novidade que eu realizasse aquele tipo de leitura. Não tenho dúvida de que ali operava, sem que eu soubesse nomear, essa sensibilidade hacker necessária para negociar angulações propostas por repórteres/grupos.

A coisa ficou um pouco mais séria, no entanto: a SDS procurara Ivanildo pedindo também que eu falasse onde os estupros aconteceram (ou aconteciam), de modo que eu ajudasse a secretaria a identificar os policiais criminosos. Me mantive calma diante da proposta absurda e da clara iniciativa de intimidação por parte do órgão, que em nenhum momento me procurou após termos marcado a entrevista, preferindo taticamente ir ao meu então chefe. Eu disse a Ivanildo que não havia por que se alarmar: eu estava cumprindo todas as etapas esperadas, fiz a apuração, escutei as denúncias e estava agora indo ouvir o secretário sobre as mesmas. Só seria publicado algo depois de todas essas escutas. Frisei que eu não podia atuar ali como uma espécie de colaboradora da polícia, não era meu papel. Ivanildo concordou, mas perguntou onde as abordagens ocorriam e eu preferi ser genérica, informando que elas

aconteciam em diversos pontos da Região Metropolitana. Tinha medo que a polícia soubesse a área que eu estava visitando e que de alguma forma as meninas sofressem ainda mais violência. Sai da sala bastante impressionada com o ato da SDS. Dizia bastante sobre como aquela gestão lidava com a imprensa.

Poucos dias depois, fui sozinha ao encontro do secretário na sede da SDS, muito próxima ao Sistema Jornal do Commercio, na área central de Recife. O encontro fazia parte do que, em tese, serviria de material para o último dia da reportagem, quando o chefe da polícia seria ouvido sobre os atos da PM. A conversa foi um pequeno festival de misoginia, senso comum e homofobia, todas expressadas de maneira natural, quase caseira. Até hoje tenho a impressão de que meu gênero e minha postura calma durante a conversa podem ter contribuído para que o grupo ali me visse como “inofensiva”. Não carregava o *ethos* masculino que Marcia Veiga observou nas redações: não me interessava confrontar, apenas ouvir o que se tinha para dizer sobre os atos da polícia. Na sala, ventitou-se mais de uma vez que eu poderia estar inventando a história, já que não revelava o local dos crimes, mas eu estava absolutamente segura da minha apuração e não me deixei irritar pelas ilações. Ouvi em dado momento que eu era uma mulher bonita, e que não dava para reclamar se eu passasse na rua e um policial me “paquerasse”. Cometi um erro grande naquele dia: fui sozinha ao encontro — algo que, em entrevistas mais delicadas e principalmente envolvendo autoridades, não deve ser feito. Minha sorte é que quase toda reunião foi gravada (como conto no texto, em dado momento o telefone tocou e a gravação só foi retomada meia hora depois). Mesmo assim, seria importante ter outra pessoa gravando a entrevista caso houvesse algum problema com meu material — também serviria de testemunha se fosse necessário. Felizmente, não foi.

A reportagem começou a ser publicada no dia 15 de dezembro: o primeiro dia foi dedicado a Carol, o segundo a Stephanie, o terceiro a Patrícia e Bianca, o quarto aos programas de apoio a jovens dependentes e expostas à exploração sexual. No dia 19, a entrevista com Damázio foi publicada, e fiz questão de não naturalizar toda homofobia e misoginia presentes na conversa. Mais: quis trazer aquela lógica inversa na qual as mulheres, que “se atiravam sobre homens fardados” eram colocadas como responsáveis também pelo tipo de crime que estava acontecendo nas ruas. As falas do gestor, que comandava mais de 60 mil policiais militares, provocaram um grande debate, com grupos diversos protestando

sobre as declarações preconceituosas. Horas depois da publicação da entrevista, à noite, Damázio divulgou uma nota através da mesma secretaria que tentara me constringer. Sua exoneração seria anunciada momentos depois.

“Eu, Wilson Damázio, Secretário de Defesa Social, com relação às declarações a mim atribuídas em reportagem do caderno *Cidadões* do *Jornal do Commercio* de hoje, dirijo-me à sociedade pernambucana para declarar que as mesmas não constituem meu pensamento nem minha visão do mundo, razão pela qual repilo os termos e peço desculpas a todos aqueles que porventura tenham se sentido ofendidos.

Esclareço ainda que a entrevista que embasou a reportagem foi interrompida em vários momentos, como a própria autora relata, permitindo o desenvolvimento, nesses intervalos, de conversações informais, em tom de brincadeira e termos que, reconheço, foram inapropriados e inadequados.

Reafirmo, por fim, que se as palavras, como é fato, não representam minhas ideias nem minha história de vida, muito menos ainda, podem ser confundidas com as políticas desenvolvidas pelo Governo do Estado que vem revolucionando a Segurança Pública no Brasil com transparências, práticas cidadãs além de total e absoluta intolância com qualquer conduta contrária aos direitos humanos, à liberdade de expressão e à proteção dos direitos individuais da pessoa humana.

Para proteger o governo e o seu legado, informo que já coloquei o cargo à disposição do governador Eduardo Campos.”

É claro que voltaria a cultura do “eu estava só brincando”.

Recebi dias depois um e-mail que nunca esqueci: uma leitora da reportagem contava que fora abordada em uma blitz na Avenida Mascarenhas de Moraes, zona sul da cidade. Dois policiais militares estavam na viatura. Pediram os documentos, ela mostrou. Depois, um deles entrou em seu carro e outro ficou fora. Ela foi obrigada a fazer sexo oral em um e depois no outro, que entrou no carro enquanto o colega dava cobertura lá fora. A leitora não se identificou e disse-me que não teve coragem de denunciar porque eles tinham os dados de sua habilitação e poderiam achá-la — ela escutou exatamente esse “recado” da dupla. Respondi e falei para ela que

poderíamos nos encontrar e que sua identidade seria preservada, mas ela nunca respondeu.

Formatação — Como disse anteriormente, sabia que podia ser cobrada pelo fato de a reportagem privilegiar muito mais os fatos “sociais”, e não “culturais” da obra de Freyre. Por isso, decidi sugerir uma divisão que des-se conta destes aspectos — que, naturalmente, estão entrelaçados, sendo essa divisão uma mera formalidade para dar conta das racionalizações de uma redação. Assim, propus que o cotidiano das adolescentes fosse publicado em forma de série na editoria *Cidades* e as análises sobre o livro, seu impacto na sociologia, na gastronomia e costumes, fossem publicadas no *Caderno C*, também em forma de série. Ambos os “momentos” ganharam tanto o impresso quanto o site. Como repórter de cultura, contribuir mais diretamente com o caderno era também uma atribuição minha. Para evitar possíveis ruídos, como estar colaborando com uma editoria e não com outra, sugeri essa solução, que foi aceita. De novo, alguma sensibilidade hacker. Enquanto ia visitando Carol, Patrícia e Stephanie e apurando mais a respeito de questões como o uso do crack na cidade e a presença da chamada Patrulha do Bairro²⁷ naquela região, também me reunia com os repórteres Diego Guedes e Bruno Albertim e a repórter Eugênia Bezerra, todos colegas no *Caderno C* e presentes nas matérias que foram publicadas naquela editoria. Particpei com um texto publicado no primeiro dia. A matéria fazia ligação direta com a abertura da série no caderno *Cidades*, deixando o material mais coeso. Problematicava a miscigenação celebrada por Freyre e que até hoje faz parte do caldo da violência destinada às mulheres negras. Foi uma boa forma de marcar os 80 anos da obra — muito embora, eu perceberia depois, uma das matérias no caderno de cultura (intitulada *Gilberto, um sensual*) de certa maneira tenha soado pouco conectada à crítica geral que a reportagem como um todo se propunha. Nela, abordava-se a “sensualidade” do autor. Decidi escrever o texto do especial no caderno *Cidades* como um relato geral, algo que dava conta dos diversos dias em que estive com o grupo no Matagal, nas escadarias, no calçadão. Era quase uma descrição etnográfica, um texto no qual eu também queria inserir diálogos de maneira mais direta.

Autocrítica — Olhando a reportagem hoje, vejo algumas questões que deveriam ter sido abordadas com maior criticidade, como as casas de recuperação mantidas por igrejas cristãs, nas quais o “tratamento” se dava não por meios mais científicos de desintoxicação e acompanhamento psicológico, mas totalmente por um viés religioso. Aquilo já acendeu um alerta amarelo ali, na apuração. Ao mesmo tempo, temi que uma análise sobre o fenômeno (são várias casas com a mesma proposta), que tem fortalecido bancadas religiosas em todo Brasil, pudesse de alguma forma prejudicar o tratamento de Bianca. Quer eu concordasse ou não com os meios empregados na Fazenda Esperança (que não mantinha ninguém em regime compulsório), o fato é que a menina com quem eu conversei estava muito distante daquela quase cadavérica da foto com a qual eu havia me deparado meses antes. Hoje, acredito que fosse possível fazer — como continuação da reportagem ou mesmo abrindo uma outra fronteira a partir dela — uma investigação sobre tais espaços, que seriam bastante fortalecidos anos depois, no governo Bolsonaro.

Outra questão: em determinados momentos da reportagem, escrevo “quis fazer sexo com Bianca” ou “trocou carícias”. Tais expressões atenuam o que estava acontecendo: estupro ou tentativas de estupro. As formas com as quais a imprensa durante tantas décadas se referiu a essas violências eram menos discutidas ali. Os eufemismos ainda operavam fortemente e eles aparecem na reportagem. Sim, eu escrevo no mesmo texto que o policial quis estuprar a menina e colocou uma arma na sua cabeça — e é por isso que não cabia ali um “quis fazer sexo”. As palavras são importantíssimas em casos como esses, e o mau uso das mesmas pode levar principalmente mulheres e meninas a serem responsabilizadas pelos ataques que sofrem.

²⁷ Projeto originalmente lançado em 1985 durante o governo de Roberto Magalhães e que previa uma ação baseada na proteção policial comunitária, localizada e com mais comunicação entre polícia e comunidade. Foi relançada em 2012 no contexto do governo de Eduardo Campos e dentro do programa Pacto pela Vida. Foram justamente policiais que patrulhavam o bairro alguns dos abusadores e estupradores que apareciam nos vários relatos das adolescentes entrevistadas.